

Parceria



Divulgação

Unigel elevará capacidade do hidrogênio verde

A Thyssenkrupp Nucera e a Unigel assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para aumentar a capacidade da planta de hidrogênio verde, que a Unigel está construindo na Bahia, de 60 MW para 240 MW de eletrólise de água. A fábrica da Unigel será a primeira planta de hidrogênio verde em escala industrial do Brasil. A entrega está prevista para o final do ano. A cerimônia de assinatura foi realizada em Belo Horizonte. **PÁGINA 4**

Bahia

Prates diz que Petrobras reforçará investimentos

Em sua primeira passagem pela Bahia como presidente da Petrobras, Jean Paul Prates garantiu que a companhia ficará no Estado e ainda vai reforçar os investimentos locais. Prates esteve no domingo, 12, com trabalhadores da companhia na sede do Clube dos Empregados da Petrobras (Cepe) em Salvador, em encontro que ainda reuniu representantes dos aposentados da empresa no Estado. **PÁGINA 3**

Governança

Pablo Valadares - Câmara dos Deputados



Lira diz que federação depende dos detalhes

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou que haverá reuniões esta semana entre seu partido e o União Brasil para tratar da formação de uma federação entre as duas siglas. Lira minimizou as divergências entre os partidos para fechar o acordo, que estaria dependendo apenas da definição de "detalhes de governança". **PÁGINA 7**

PF está fazendo diligência

PÁGINA 6

Ministro admite que reforma prevê a taxaço de lucros e dividendos

Haddad: Brasil não pode continuar crescendo 1%

O ministro disse que o País precisa da reforma tributária e de um novo arcabouço fiscal para garantir a confiança de investidores e acelerar o PIB



Lula Marques - Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira, 13, que o momento exige medidas difíceis de se tomar na política econômica. Ele defendeu que o País precisa da reforma tributária e de um novo arcabouço fiscal para garantir a confiança de investidores e acelerar o crescimento econômico. "Nós não podemos continuar crescendo 1% ao ano, este País não merece isso. Nós precisamos encontrar o caminho para retomar o desenvolvimento, porque é isso que vai dar brecha para investir mais, aumentar o dispêndio com Saúde e Educação". O ministro disse ainda que será importante avançar depois na proposta de reforma tributária sobre a renda, após a primeira etapa, que trata dos impostos sobre o consumo. Reforçou também que o programa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prevê a taxaço de lucros e dividendos. "E tem uma boa parte do empresariado que defende isso, desde que tenha compensações, uma série de coisas que precisam ser analisadas", afirmou. **PÁGINA 2**

CRÉDITO

Ministro detalha programa que terá passagens aéreas por apenas R\$ 200

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, deu mais detalhes na segunda-feira, 13, sobre o Voa Brasil, programa formatado para que um público específico, com renda de até R\$ 6,8 mil, possa comprar passagens aéreas a R\$ 200. A ideia, segundo ele, é que as companhias aéreas tenham um segmento dentro de seus programas de fidelidade dedicado ao

programa. Com ele, servidores, aposentados e pensionistas, além de estudantes com Fies, poderão comprar duas passagens por ano ao preço de R\$ 200 cada, parcelar em 12 vezes por meio de financiamento da Caixa, que fica então responsável por fazer o pagamento às áreas. As passagens a R\$ 200 ficarão restritas a um período específico do ano. **PÁGINA 3**

REGULAMENTAÇÃO

Moraes quer monetizar os conteúdos na web

Relator dos processos sobre fakenews e atos antidemocráticos no STF, o ministro Alexandre de Moraes defendeu a regulamentação do impulsionamento e monetização de conteúdos na internet. **PÁGINA 7**

INFORMAÇÕES

Tarcísio prevê privatização da Sabesp só em 2024

O governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, prevê a privatização da Sabesp em 2024, sendo que a assinatura do contrato com a IFC, deve ocorrer até o fim deste mês. **PÁGINA 8**

EXPOSIÇÃO

Lula pretende criar programa para financiar produção agrícola indígena



Ricardo Stuckert

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que pretende criar um programa de financiamento para a agricultura indígena, para aumentar a capacidade de produção desses povos. Ele participou, na segunda-feira (13), da 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e visitou uma feira montada no evento de produtos orgânicos. A demarcação de terras indígenas também é prioridade na pauta do governo. Segundo Lula, o Ministério dos Povos Indígenas e a Funai estão fazendo levantamento de todas as terras que estão prontas para serem demarcadas. **PÁGINA 6**

IBOVESPA 103.121,36 ↓ -0,48%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VIA ON NM	2,04	+12,09%	+0,22
MAGAZ LUIZA ON NM	3,72	+9,41%	+0,32
MRV ON NM	6,90	+7,31%	+0,47
PETZ ON NM	6,35	+6,54%	+0,39
LOCAWEB ON NM	6,12	+5,88%	+0,34

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SAO MARTINHOON NM	25,62	-5,81%	-1,58
3R PETROLEUMON NM	27,350	-5,40%	-1,560
DEXCO ON NM	6,36	-5,36%	-0,36
PETRORIO ON NM	31,77	-4,34%	-1,44
MELIUZ ON NM	0,930	-5,10%	-0,050

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	85,05	+0,41%	+0,35
PETROBRAS PN N2	24,19	-3,16%	-0,79
ITAUUNIBANCO PN N1	23,78	-1,20%	-0,29
PETRORIO ON NM	31,77	-4,34%	-1,44
B3 ON NM	11,35	+0,80%	+0,09

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	31.819,14	-0,28%
S&P 500	3.855,76	-0,15%
NASDAQ	11.188,84	+0,45%
DAX 30	14.959,47	-3,04%
FTSE 100	7.548,63	-2,58%
IBEX 35	8.958,90	-3,51%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,268	5,269	↑ 1,16%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,026	0,026	↓ -0,14%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,653	5,654	↑ 2,00%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,415	6,417	↑ 1,59%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
318,00	USD\$ 1.913,54

MEDIDAS DIFÍCEIS

Haddad diz que Brasil não pode continuar crescendo 1% ao ano

O ministro afirmou que tem procurado líderes partidários para dialogar sobre a reforma tributária, que é importante para buscar crescimento e proteger o País de choques externos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira, 13, que o momento exige medidas difíceis de se tomar na política econômica. Ele defendeu que o País precisa da reforma tributária e de um novo arcabouço fiscal para garantir a confiança de investidores e acelerar o crescimento econômico. "Nós não podemos continuar crescendo 1% ao ano, este País não merece isso. Nós precisamos encontrar o caminho para retomar o desenvolvimento, porque é isso que vai dar brecha para investir mais, aumentar o dispêndio com Saúde e Educação", afirmou Haddad, em evento dos jornais Valor Econômico e O Globo.

O ministro da Fazenda destacou que os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tiveram compromisso com a transição de governo e terão "protagonismo essencial" no andamento da reforma tributária. Ele acrescentou que o governo está se reunindo com diversos setores para apresentar a proposta.

Relatou ainda que tem procurado líderes partidários e empresários para dialogar sobre a proposta. "Nós somos negociadores", disse. Segundo Haddad, a reforma tributária é importante para buscar crescimento com compromisso social e proteger o País de choques externos.

O ministro disse ainda que será importante avançar depois na proposta de reforma tributária sobre a renda, após a primeira etapa, que trata dos impostos sobre o consumo.

Reforçou também que o programa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prevê a taxação de lucros e dividendos. "E tem uma boa parte do empresariado que defende isso, desde que tenha compensações, uma série de coisas que precisam ser analisadas", afirmou.

Haddad lembrou ainda que a proposta trabalha com a criação de um fundo de desenvolvimento regional e defendeu o imposto cobrado no destino. "Essa agenda está no radar. Mas, de novo: a reforma tributária é uma porção de chavinhas que você está mexendo. Se você só olhar para o que vai perder, e não olhar para o que vai ganhar, vai inviabilizar a reforma", disse.

O ministro repetiu na segunda-feira que o governo concederá subsídio de R\$ 10 bilhões ao programa Desenrola, voltado para as dívidas da população mais pobre. Esse subsídio pode alavancar até R\$ 50 bilhões em dívidas de 37 milhões de CPFs.

"Como o credor vai ter



Se a gente harmonizar a política fiscal, conseguiremos navegar em mares internacionais revoltos

FERNANDO HADDAD,
MINISTRO DA FAZENDA



Antonio Cruz - Agência Bardsil

Haddad lembrou ainda que a proposta trabalha com a criação de um fundo de desenvolvimento regional e defendeu o imposto cobrado no destino

REFORMA NEUTRA

Governo não trabalha com ideia de recriar imposto nos moldes da CPMF

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira, 13, que o governo não trabalha com a ideia de recriar um imposto nos moldes da antiga CPMF dentro da sua proposta de reforma tributária. Ele participou de evento organizado pelos jornais Valor Econômico e O Globo na manhã de desta segunda.

"Não está no nosso radar, nem no plano de governo do então candidato, o presidente Lula, nem nos planos da área econômica", disse Haddad. "Falo em nome da Fazenda, Planejamento, MDIC. Não está na mesa de ninguém essa possibilidade."

Haddad garantiu que a reforma tributária será neutra em termos de arrecadação. Segundo o ministro, não está nos planos do governo aumentar os impostos sobre o consumo, já considerado elevado no País. Ele defendeu que o governo deverá pensar uma "mudança da cesta de tributos" no médio e longo prazo.

"Deve recair mais sobre renda e menos sobre consumo, como é a tendência internacional", disse Haddad, citando que a carga tributária sobre o consumo no Brasil é maior do que a média da OCDE.

Ele defendeu ajustes de alíquotas na margem, ano a ano, sem "solavancos" que possam causar "distúrbios", lembrando que a transição da reforma será de 40 anos. "Você tem dez mandatos pela frente para fazer o ajuste fino, garantindo que o impacto sobre a efi-

ciência na economia seja muito mais rápido que o impacto redistributivo pelos entes federados", afirmou.

O ministro disse que o governo está vencendo as resistências à reforma tributária aos poucos, com transparência e diálogo com diversos setores. Ele acrescentou que prefeitos de grandes cidades já apresentam menos resistência à proposta, que implica poucas perdas com o ISS.

Haddad afirmou ainda que o governo não pretende usar a reforma tributária para fazer mudanças no Simples. Indagado sobre a relação entre a reforma e a agenda de sustentabilidade, disse que a reforma tributária terá dispositivos de "seletividade", para dosar as alíquotas com base na externalidade de cada atividade.

"Aquilo que tiver externalidade positiva pode ser contemplado por alíquotas menores, sobretudo na questão ambiental, e as negativas também, como é o caso do fumo, que já tem imposto seletivo e vai ser mantido no escopo da reforma", comentou o ministro.

Haddad disse que os mecanismos permitirão onerar ao longo do tempo setores como bebidas, fumo e combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, setores como energia eólica, solar e hidrogênio verde, que podem ser vetores para a transição energética, poderão ter alíquotas menores.

O ministro da Fazenda destacou que os presidentes da Câmara, Arthur Lira

(PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tiveram compromisso com a transição de governo e terão "protagonismo essencial" no andamento da reforma tributária. Ele acrescentou que o governo está se reunindo com diversos setores para apresentar a proposta.

Relatou ainda que tem procurado líderes partidários e empresários para dialogar sobre a proposta. "Nós somos negociadores", disse. Segundo Haddad, a reforma tributária é importante para buscar crescimento com compromisso social e proteger o País de choques externos.

O ministro disse ainda que será importante avançar depois na proposta de reforma tributária sobre a renda, após a primeira etapa, que trata dos impostos sobre o consumo.

Reforçou também que o programa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prevê a taxação de lucros e dividendos. "E tem uma boa parte do empresariado que defende isso, desde que tenha compensações, uma série de coisas que precisam ser analisadas", afirmou.

Haddad lembrou ainda que a proposta trabalha com a criação de um fundo de desenvolvimento regional e defendeu o imposto cobrado no destino. "Essa agenda está no radar. Mas, de novo: a reforma tributária é uma porção de chavinhas que você está mexendo. Se você só olhar para o que vai perder, e não olhar para o que vai ganhar, vai inviabilizar a reforma", disse.

de Imposto de Renda Pessoa Física e o aumento do salário mínimo para permitir a volta de famílias de baixa renda ao mercado de trabalho.

Segundo Haddad, os credores têm interesse de expandir o Desenrola para além das faixas subsidiadas. "Vamos botar no sistema operacional toda dívida que puder ser renegociada", disse, acrescentando que o programa será lançado assim que o sistema estiver pronto.

O ministro lembrou ainda que a Fazenda trabalha em um conjunto de 17 medidas de aperfeiçoamento do sistema de crédito, previsto para ser lançado em abril.

O ministro disse que vê espaço para reduzir os juros no Brasil, mesmo diante de um cenário internacional "turbulento". Ele se referiu ao aumento global dos juros e à quebra do Silicon Valley Bank (SVB) nos Estados Unidos.

"Hoje, eu diria que há pouco espaço para aumento da taxa de juros no mundo, e diria que tem uma 'gordura' no Brasil que permite a nós - tomando as providências que estão sendo tomadas, e que vêm sendo reconhecidas pelo Banco Central nas atas que ele divulga -, penso que nós temos um espaço que o mundo não tem", afirmou o ministro.

Haddad defendeu que o sistema bancário brasileiro é robusto do ponto de vista da governança e regulação interna e cumpre "com folga" os acordos internacionais. Ele lembrou que a solidez desse sistema contribuiu para que o País atravessasse com mais tranquilidade a crise financeira de 2008.

"Se a gente harmonizar a política fiscal e monetária, nós conseguimos ancorar e navegar em mares internacionais revoltos, porque a nossa condição, na minha opinião, garante isso", disse.

Haddad afirmou ainda que as projeções de inflação continuam "bem comportadas" no País, mesmo com a reversão do que chamou de "medidas demagógicas" do ano passado, como a desoneração de combustíveis. Hoje, as medianas do relatório de mercado Focus mostraram que as expectativas do mercado para o IPCA estão em 5,96% em 2023, 4,02% em 2024 e 3,80% em 2025, acima do centro da meta em todos os anos.

O ministro criticou ainda o fato de o Brasil trabalhar com um sistema de metas que funciona com base no ano-calendário, que, segundo ele, limita o espaço para que o Banco Central acomode choques. Ele disse ainda que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) vai se deparar com um limite do quanto pode subir os juros sem desorganizar a economia dos Estados Unidos.

segurança de que vai receber, o desconto que ele vai dar é o mais alto que ele puder. Nós

queremos que essa população de baixa renda tenha o maior desconto, por isso

estamos garantindo a dívida", disse o ministro.

Haddad afirmou que o

Desenrola é uma iniciativa que se combina com o novo Bolsa Família, o reajuste da tabela

Diário **DC** Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsdp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:



RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

SEM REGULAÇÃO

Apostas online esportivas giram R\$ 12 bilhões por ano

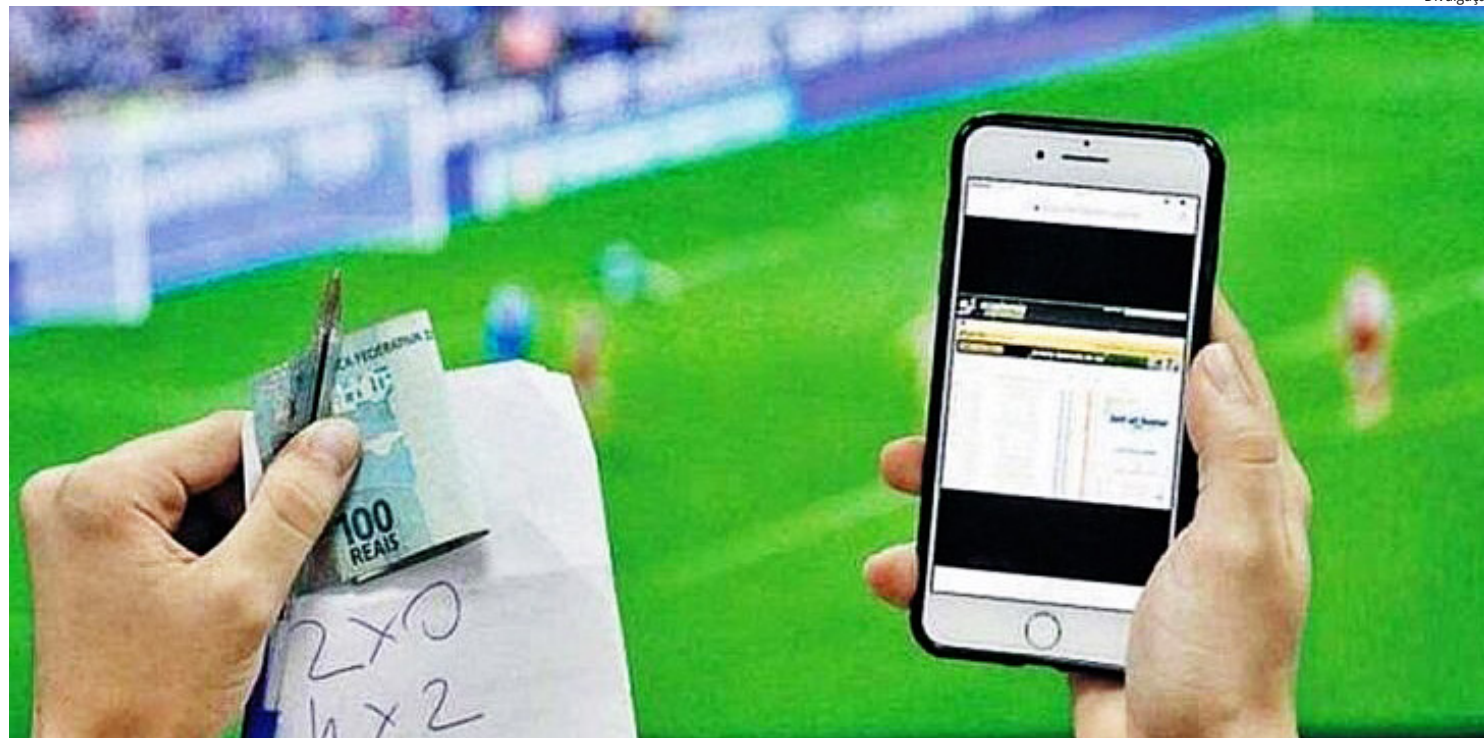
Haddad afirmou que pretende usar a tributação dos jogos para compensar a perda da arrecadação causada pela revisão na tabela do Imposto de Renda

Nos últimos anos, as casas de apostas pela internet invadiram os times de futebol, o mercado publicitário e também os bolsos dos brasileiros. Sem regulamentação para operar em solo nacional, empresas como PixBet, Betfair, BetNacional, Betano e centenas de outras têm sede no exterior, mas movimentam bilhões dos apostadores nacionais. As estimativas são de que o dinheiro que passa por essas empresas chegue a R\$ 12 bilhões este ano, pelas contas de Magno José, presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal e fundador do site BNL Data.

Mas a operação dessas empresas por aqui não é exatamente ilegal, apesar da falta de regulamentação. Em 2018, no governo de Michel Temer, essas apostas foram legalizadas no País, mas se estabeleceu um prazo máximo de quatro anos para que fossem regulamentadas pelo Ministério da Fazenda. Esse prazo venceu em dezembro passado e, como isso não aconteceu, elas operam hoje em uma espécie de limbo regulatório. Sem fiscalização, as suspeitas de manipulação de resultados e de lavagem de dinheiro também proliferam.

O potencial arrecadatório dessa atividade não passou despercebido ao novo governo. O Ministério da Fazenda não tem ainda números oficiais sobre a movimentação dessas empresas, mas o ministro Fernando Haddad já afirmou que pretende usar a tributação dos jogos para compensar a perda da arrecadação causada pela revisão na tabela do Imposto de Renda, que terá ampliação da faixa de isenção a partir deste ano. A estimativa do governo é de arrecadar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 6 bilhões por ano com a cobrança de tributos sobre as apostas esportivas.

"O setor de casas de apostas é importante na economia global e opera hoje no País em uma zona cinzenta, apesar de já patrocinar clubes de futebol brasileiros. Isso deixa de movimen-



Apostas: o movimento de regulamentação é "urgente" e "extremamente positivo", por definir os marcos legais de operação e a proteção dos apostadores

tar a economia, gerar empregos, e o consumidor não tem a segurança jurídica de estar protegido por regras", diz Danielle Maiolini Mendes, advogada especialista em direito esportivo na CSMV Advogados.

Mesmo as empresas que atuam hoje no País sem a obrigação de pagar impostos torcem pela regulamentação da atividade, mesmo que isso signifique, a princípio, alguma perda financeira.

"A regulamentação, certamente, irá contribuir para o desenvolvimento ainda maior do mercado, que tem grande potencial de crescimento no Brasil nos próximos anos. Atualmente, o governo não arrecada impostos, e isso acaba favorecendo o mercado paralelo", diz Alexandre Fonseca, country manager da Betano no Brasil.

No futebol brasileiro, as casas de apostas se tornaram onipresentes. Hoje, elas patrocinam ou negociam patrocínio com todos os 20 clubes da Série A, seja o patrocínio principal ou em outras áreas do uniforme. A Copa do Brasil é patrocinada pela Betano. A Betnacional é uma das patrocinadoras da transmissão do Campeonato Brasileiro na Rede Globo. Ou seja, essas empresas

têm participação cada vez maior no principal esporte brasileiro.

É uma relação que desperta alguma desconfiança, porém. Recentemente, o Ministério Público de Goiás anunciou uma investigação sobre um esquema de manipulação de resultados de jogos a Série B, em 2022, com a finalidade de gerar ganhos aos apostadores.

Para quem acompanha o setor, outros problemas, como lavagem de dinheiro, existem e devem continuar existindo, mas é preciso regulamentar as apostas até mesmo para facilitar a fiscalização.

"Se houver um volume grande de apostas incomuns, não há uma regulamentação (para isso ser fiscalizado). Essas apostas podem indicar lavagem de dinheiro ou tentativas de manipulação de resultados. Não sabemos qual é a obrigação de reportar atividades incomuns em casas de apostas. Sem isso, não há punição. Isso coloca todo o setor em risco. A falta de regulamentação deixa as empresas à deriva, sem saber direitos e deveres", afirma Lucas Albuquerque Aguiar, advogado criminalista do escritório Davi Tangerino Advogados.

Para os apostadores, segundo os advogados, se hou-

ver algum problema com pagamento de prêmios, por exemplo, fica muito mais difícil reclamar ou entrar com processo, já que as empresas não têm representação aqui.

Marcos Sabiá, CEO da galera.bet, diz que o movimento de regulamentação é "urgente" e "extremamente positivo", por definir os marcos legais de operação, assim como a proteção a apostadores, às casas de apostas e ao mercado esportivo do País contra fraudes e outras atividades ilícitas. "Entre os diversos benefícios da regulamentação, entendemos que se destacam o estabelecimento de regras claras e controles mais efetivos para prevenir ilícitos como o uso indevido de dados pessoais, práticas de lavagem de dinheiro, ou marketing que fomenta o jogo irresponsável", disse. Segundo ele, haverá haveria também a possibilidade de se organizar "um sistema robusto de monitoramento da integridade das partidas nacionais". "No final das contas, com os apostadores de boa-fé, (as empresas) são as principais vítimas das fraudes esportivas", afirma.

O diretor de marketing da Casa de Apostas, Hans Schleier, afirmou que o crescente número de investimentos das empre-

sas de apostas no futebol vem gerando resultados positivos para ambas as partes.

"Estamos com boas expectativas de que se concretize em um futuro próximo. Observamos movimentações acontecendo frequentemente no Legislativo e acreditamos que em breve o tema terá um desfecho positivo. É um assunto importante e que interessa a todas as partes. Esperamos que em breve possamos comemorar a regulamentação das apostas esportivas no Brasil", diz.

O Ministério Público de Goiás (MP-GO) investiga um esquema de manipulação de resultados de jogos da Série B, em 2022, com a finalidade de gerar ganhos aos apostadores. Jogadores como Romário, ex-Vila Nova, e Matheusinho, ex-Sampaio Corrêa, são investigados na operação chamada "Penalidade Máxima".

Segundo o MP-GO, o esquema de apostas consistia na marcação de pênaltis no primeiro tempo das partidas. Porém, não houve a marcação de pênalti em um dos jogos, impedindo o êxito da aposta. Cada jogador envolvido receberia R\$ 150 mil, enquanto o prejuízo estimado dos apostadores é de R\$ 2 milhões.

forma de pagamento.

"Tudo que o governo anterior fez, se estiver juridicamente correto. Estabilidade e segurança jurídica são marcas importantes do governo Lula. As companhias que ganharam a 7ª rodada estão agora oferecendo como pagamento precatórios. Elas compraram pelo preço que conseguiram no mercado, com desconto, e querem oferecer ao governo. O problema é que nem sempre o precatório é líquido imediatamente", disse França.

Na semana passada, França afirmou que a posição do governo era de não aceitar precatórios nos leilões de aeroportos. O uso do instrumento para esse pagamento foi autorizado pela PEC dos Precatórios, promulgada em 2021. Contudo, a falta de maior regulamentação sobre o assunto gera desde então várias dúvidas no setor de infraestrutura.

A 7ª rodada de concessões aeroportuárias foi realizada em agosto do ano passado, quando a previsão da PEC dos Precatórios para o pagamento de outorgas já estava valendo. Com isso, empresas disputaram o certame com essa possibilidade no radar. "Consultamos a AGU, e Messias (ministro da AGU) vai fazer análise se temos que aceitar ou não precatórios.

BAHIA

Agência Petrobras



Prates: "recebi as demandas"

Prates garante que Petrobras reforçará investimentos

Em sua primeira passagem pela Bahia como presidente da Petrobras, Jean Paul Prates garantiu que a companhia ficará no Estado e ainda vai reforçar os investimentos locais. Prates esteve no domingo, 12, com trabalhadores da companhia na sede do Clube dos Empregados da Petrobras (Cepe) em Salvador, em encontro que ainda reuniu representantes dos aposentados da empresa no Estado.

Na segunda-feira, 13, Prates seguiu com agenda em Salvador com encontro com deputados na Assembleia Legislativa da Bahia e com o governador do Estado, Jerônimo Rodrigues.

"Em sua fala com os trabalhadores no Cepe, o presidente (Prates) garantiu que a companhia voltará a utilizar o complexo mobiliário do Torre Pituba como estação de trabalho da capital baiana. Prates reforçou ainda que a Petrobras fará investimentos no Estado, incluindo o Polo Bahia Terra", disse a estatal em nota, sem deixar claro como seriam esses investimentos.

O Polo estava sendo negociado com um consórcio formado pela PetroReconcavo e a Eneva, mas ainda não havia sido assinada a venda.

"Recebi as demandas dos nossos companheiros do Polo da Bahia, onde o Brasil teve suas primeiras explorações com o nascimento da indústria petrolífera, em 1941, a partir do poço de Candeias, e firmamos nosso compromisso em defender e fortalecer a companhia, com o objetivo de pensar as mudanças necessárias do nosso Plano Estratégico para promover o retorno de novos investimentos, também em outros Estados e em novas matrizes e operações. Vamos seguir em diálogo direto com todos e todas para construir uma Petrobras forte para o futuro do povo brasileiro", afirmou Prates.

Ele recebeu ainda uma carta com solicitações e sugestões das entidades sindicais e de classe. Os petroleiros pedem que a Petrobras utilize os campos terrestres baianos para captura de carbono, e que sejam feitos investimentos na Petrobras Biocombustíveis (PBio), de olho na transição energética.

Também foi pedida uma investigação rigorosa sobre a venda da Refinaria de Mata-ripe para o fundo árabe Mubadala, que de acordo com a FUP e outras entidades, foi vendida abaixo do seu preço de mercado.

Na sexta-feira, o presidente da Petrobras participou de uma reunião com ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, na sede da companhia, no Rio de Janeiro. A reunião foi sobre o pacto de inclusão socioeconômico proposto pelo ministro, projeto que irá promover mais oportunidades de emprego por meio de iniciativas baseadas no empreendedorismo.

"A Petrobras está comprometida em estabelecer parcerias para seguir promovendo e renovando projetos de responsabilidade social, em busca do pleno desenvolvimento do nosso país", afirmou o Jean Paul Prates.

Nas próximas semanas, será marcada uma visita ao ministério, em Brasília, para seguir o diálogo e definir parcerias que viabilizem esses e outros projetos.

VOA BRASIL

Ministro detalha novo programa de passagens aéreas por R\$ 200

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, deu mais detalhes na segunda-feira, 13, sobre o Voa Brasil, programa formatado para que um público específico, com renda de até R\$ 6,8 mil, possa comprar passagens aéreas a R\$ 200. A ideia, segundo ele, é que as companhias aéreas tenham um segmento dentro de seus programas de fidelidade dedicado ao programa. Com ele, servidores, aposentados e pensionistas, além de estudantes com Fies, poderão comprar duas passagens por ano ao preço de R\$ 200 cada, parcelar em 12 vezes por meio de financiamento da Caixa, que fica então responsável por fazer o pagamento às áreas.

França afirmou que é uma espécie de "consignado", mas negou que haja subsídio do governo, apenas o financiamento pelos bancos públicos. Em entrevista à CNN, ele citou a Caixa e também o Banco do Bra-

sil. A previsão é de que quase 12 milhões de passagens sejam emitidas por ano dentro do programa.

Além do público-alvo citado pelo ministro, outras pessoas - que tenham renda de até R\$ 6,8 mil - também poderão participar, desde que paguem de forma antecipada, e não parcelada. As passagens a R\$ 200 ficarão restritas a um período específico do ano, meses "intermediários" das temporadas nos aeroportos: a partir da segunda metade de fevereiro até junho, e depois nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro.

Se a formatação do programa ocorrer bem, o ministro acredita que poderá iniciar o Voa Brasil no segundo semestre, utilizando 5% da capacidade ociosa das aeronaves. A porcentagem vai escalonando a cada semestre, até chegar a 20% no quarto semestre de funcionamento da política.

"Descobrimos obviamente

que durante os meses intermediários aviões saem com 21% de passageiros a menos. Governo não entra com subsídio, ele ajuda a financiar, mas é tarefa da Caixa financiar. Diferença é que essas pessoas têm renda garantida, vai ser espécie de consignado, quando der ok vai ser descontado da previdência, do salário, não tem intermediação de banco, é 100% sem inadimplência", disse França.

Na avaliação do ministro, o programa vai provocar uma redução de preço geral nas passagens, uma vez que reduz a ociosidade enfrentada pelas companhias áreas. Ele afirmou inclusive que as ações das empresas teriam subido pelo entendimento de que a partir do programa "vão voar lotadas". "Temos uma luta paralela, que é o preço do combustível de aviação (QAV), a gente quer que seja reduzida. Mas as companhias estão fazendo seu papel, oferecendo ao governo

um voo mais barato para muitas pessoas", disse.

O ministro ainda destacou o pedido do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para que mais 100 aeroportos brasileiros passem a receber voos de carreira. Sem dar detalhes, França afirmou que quer mais empresas disputando o mercado e que uma "nova está chegando agora", sem dizer qual. "Número de aeroportos diminuiu porque voos ficaram concentrados em aeronaves maiores. Queremos várias empresas disputando, vai ter uma nova chegando agora que vai disputar mercado", disse.

França afirmou ainda que o andamento das tratativas sobre as outorgas do leilão da 7ª rodada de aeroportos, que licitou Congonhas e outros terminais em agosto do ano passado, está suspenso até que a Advocacia-Geral da União (AGU) conclua se o governo terá ou não de aceitar precatórios como

RESERVA

Unigel vai elevar a capacidade da unidade de hidrogênio verde

A planta terá uma capacidade inicial de produção de 10.000 toneladas/ano de hidrogênio verde para produzir 60.000 toneladas/ano de amônia verde

A Thyssenkrupp Nucera e a Unigel assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para aumentar a capacidade da planta de hidrogênio verde, que a Unigel está construindo na Bahia, de 60 MW para 240 MW de eletrólise de água. A fábrica da Unigel será a primeira planta de hidrogênio verde em escala industrial do Brasil. A entrega está prevista para o final do ano.

Em nota, a Unigel informa que a cerimônia de assinatura foi realizada em Belo Horizonte, durante a visita do Ministro Federal alemão de Assuntos Econômicos e Ação Climática, Robert Habeck. "Este é um passo fundamental para ambas as empresas continuarem sua boa colaboração para acelerar a transformação verde por meio do desenvolvimento da economia do hidrogênio verde em todo o mundo", destaca.

Na primeira fase, a unidade terá uma capacidade total de eletrólise de água de 60 MW com eletrolisadores da Thyssenkrupp Nucera e uma capacidade inicial de produção de 10.000 toneladas/ano de hidrogênio verde para produzir 60.000 toneladas/ano de amônia verde. A Unigel é uma das maiores empresas químicas da América Latina e a maior produtora de fertilizantes nitrogenados do Brasil. A nova fábrica será um importante estímulo para o desenvolvimento de toda a região.

"Seguimos negociando parcerias estratégicas para viabilizar a realização das novas fases do projeto", destaca na nota o CEO da Unigel, Roberto Noronha Santos. O hidrogênio verde



Unigel: o uso de hidrogênio verde para descarbonizar a indústria está ganhando impulso significativo impulsionado por programas americanos e europeus

será utilizado em setores de difícil descarbonização, tais como a siderurgia, o refino de petróleo e a própria produção de amônia verde. Além disso, a amônia verde será utilizada na cadeia de valor da Unigel, por ser matéria-prima para a produção de fertilizantes e acrílicos.

O CEO da Thyssenkrupp para a América do Sul, Paulo Alvarenga, avalia que o Brasil apresenta uma combinação de fatores extremamente favoráveis para a implementação de projetos de hidrogênio verde. "Além de uma demanda doméstica da indústria, o País pode se tornar um dos maiores exportadores desse produto no mundo", disse.

A thyssenkrupp e um cliente europeu de uma indústria de carbono intensivo assinaram

também um acordo de reserva para capacidades de produção de hidrogênio verde. Sob este contrato, o cliente garante capacidades de produção para a fabricação de módulos de eletrólise de água alcalina de 20 MW padronizados com capacidade de larga escala do fornecedor de tecnologias líderes mundiais para plantas de eletrólise de alta eficiência. O novo cliente da thyssenkrupp nucera construirá uma planta de produção que usará hidrogênio verde para fabricar produtos verdes na Europa. As duas empresas concordaram em não divulgar mais detalhes do contrato.

Pela primeira vez, uma empresa decidiu usar a oferta da thyssenkrupp nucera para reservar capacidades de pro-

dução. Com esta opção, a thyssenkrupp nucera, como parceira de seus clientes, faz uma contribuição crucial para proteger a cadeia de suprimentos geral do projeto e permite que eles assumam a liderança na descarbonização de sua indústria.

"O uso de hidrogênio verde para descarbonizar a indústria está ganhando impulso significativo impulsionado por programas americanos e europeus de hidrogênio verde, como a Lei de Redução da Inflação e o plano REPowerEU. O ramp-up da cadeia de suprimentos geral para nossos eletrolisadores requer uma estreita cooperação entre as empresas envolvidas. Oferecemos acordos de reserva de capacidade que são um excelente exemplo

de estreita colaboração necessária para apoiar a implementação bem-sucedida de projetos de hidrogênio verde", disse Christoph Noeres, Diretor de Hidrogênio Verde thyssenkrupp nucera AG & Co. KGaA.

O novo cliente conta com um parceiro industrial já com mais de 2,3 Gigawatts de capacidade em construção. Isso inclui um dos maiores projetos de hidrogênio verde do mundo para instalar mais de 2 GW de instalações de eletrólise para a Air Products na Arábia Saudita e a entrega da nova instalação de hidrogênio de 200 MW da Shell no porto de Roterdã. Esses projetos de referência provam que a thyssenkrupp nucera é a principal fornecedora de tecnologia para a indústria na faixa de 100 MW até GW.

RISCO BAIXO

C6 garante que não tem relacionamento com o SVB

Em meio às repercussões negativas da quebra do banco norte-americano Silicon Valley Bank (SVB), que tem recursos em startups e fintechs brasileiras, o banco C6 informou na segunda-feira, 13, que "nunca teve nenhum tipo de relacionamento ou exposição" ao SVB.

Nas redes sociais, chegaram a circular rumores de que o C6 poderia ter exposição ao banco norte-americano, assim como outros bancos digitais brasileiros.

"O banco americano SVB, focado em startups, quebrou! Começou a circular uma lista de empresas brasileiras que teriam exposição a este banco, dentre elas alguns bancos digitais, como Nubank e C6", escreveu um internauta no Twitter. "O SVB quebrou. Quanto tempo para a galera ficar histórica com Nubank, Banco Inter, C6, Pagbank", questiona outra pessoa.

No sábado, o Nubank negou que tivesse qualquer exposição ao SVB. Na segunda, também a Pagseguro informou que não tem exposição ao banco norte-americano.

Com US\$ 209 bilhões em ativos e US\$ 175,4 bilhões em depósitos, o SVB se tornou o maior banco norte-americano a quebrar desde a crise financeira de 2008 ao ser fechado por reguladores dos Estados Unidos na última sexta-feira, 10.

A Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) assumiu o controle da empresa controlada pela SVB Financial Group, como forma de proteger os clientes.

No domingo, 12, por sua vez, o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) anunciou a criação de um programa de emergência para tentar conter os efeitos do colapso do Silicon Valley Bank (SVB) sobre o sistema bancário dos Estados Unidos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o colapso do SVB não parece suficiente para gerar uma crise sistêmica.

INVESTIMENTOS

ACOMPANHANDO A RENDA DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (III)

por
Victor Nunes



NOS SETE ÚLTIMOS ARTIGOS publicados, foi comentado que o rendimento contratado para um título de renda fixa depende de condições que variam de papel para papel, de prazo para prazo e de emissor para emissor, dentre outras variáveis, que também podem impactar as taxas de juros do mercado, sendo que, usualmente, os investimentos em renda fixa ofertam remunerações baseadas em alguns indicadores de referência, caracterizando as operações de renda fixa pós-fixadas, com destaque para: (1) a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia); (2) a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro); e (3) a variação do IPCA, que é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; assim como, em complemento, os investimentos em renda fixa podem ofertar remunerações prefixadas, tais como, por exemplo, remuneração de 10% ao ano, 12% ao ano ou 14% ao ano. De fato, existe uma ampla variedade de alternativas de investimento em renda fixa, tanto com relação às formas de remuneração, quanto com relação aos títulos disponíveis no mercado, com destaque para os seguintes principais tipos de investimento, anteriormente citados em dois artigos recentes: (1) Títulos Públicos; (2) Caderneta de Poupança; (3) CDBs (Certificados de Depósitos Bancários); (4) debêntures; (5) LCIs (Letras de Crédito Imobiliário); (6) LCAs - Letras de Crédito do Agronegócio; (7) LIGs (Letras Imobiliária Garantida); (8) CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários); e (9) CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio).

CONFORME TEXTO DE DUAS semanas atrás, uma vez que se tenha reali-

zado um investimento em renda fixa, será recomendável, assim como de fato deve ser observado para qualquer tipo de investimento, que o investidor acompanhe periodicamente o desempenho das aplicações, sendo comum acompanhar os rendimentos produzidos por cada investimento mediante verificação dos extratos que são regularmente disponibilizados pelas instituições financeiras custodiantes, mensalmente, podendo ser adotada esta periodicidade para a execução de uma análise pormenorizada da carteira de investimentos como um todo. Neste sentido, é importante notar que o retorno dos ativos de renda fixa pode ser mensurado por dois critérios distintos: (1) pela remuneração contratada, por exemplo, variação do IPCA mais 4% ao ano, ou seja, em outras palavras, neste caso ocorrerá, diariamente, uma valorização do título tendo como base a variação efetivamente combinada na data na qual o investidor adquiriu o respectivo ativo; e (2) pela marcação a mercado ("MaM"), ou seja, neste caso ocorrerá, diariamente, uma valorização do título tendo como base o efetivo valor do ativo segundo o preço de venda no mercado, o que significa dizer que nesta hipótese o preço do ativo em determinada data não será identificado pela curva de juros que foi contratada pelo investidor na data da aquisição do título, mas pela valorização com base nas negociações de momento no mercado financeiro.

AMPLIANDO E complementando o exemplo da última coluna, com inclusão de variações nos valores dos títulos com base na "MaM" e as apurações de possíveis ganhos (ágios) e perdas (deságios), suponha que um investidor adquiriu um título de renda fixa "A" que

pagará R\$ 1.000,00 daqui a dois anos, mediante promessa de remuneração por uma taxa de juros pré-fixada de 12,00% ao ano. Neste caso, a compra do título "A" terá ocorrido pelo valor de R\$ 892,86 [1.000,00 / (12,00/100+1) elevado a 2]. Após o período de seis meses, o valor do título "A", pelo critério da remuneração contratada (em outras palavras, pela "curva de juros do papel"), será de R\$ 918,52 [892,86 multiplicado por (12,00/100+1) elevado a (6/12)]. Se, nesta mesma data, correspondente ao prazo decorrido de seis meses, a taxa de juros para títulos com vencimento na mesma data do título "A" estiver em 12,10% ao ano então, significa dizer, que o valor de mercado do título "A" seria de R\$ 917,90 [1.000,00 / (12,10/100+1) elevado a (18/24)]. Portanto, se o investidor decidir vender no mercado o título "A", nesta data, receberá R\$ 917,90, auferindo um deságio (comparativamente ao valor do título apurado pela "curva de juros do papel") de R\$ 0,62 [917,90 menos 918,52], o que ocorreria como consequência da alteração da taxa de juros de mercado, que neste exemplo teria passado de 12,00% ao ano (na data da contratação da operação) para 12,10% ao ano (na data correspondente ao prazo decorrido de seis meses). Assim sendo, cabe concluir que uma elevação na taxa de juros de mercado, eventualmente ocorrida entre a data de contratação da operação e a data de negociação do título, implica em deságio no valor presente do investimento, porém o investidor terá assegurada a remuneração efetivamente contratada (neste exemplo, 12,00% ao ano) se mantiver o título em carteira até a data do vencimento.

SUPONHA AGORA QUE o mesmo investidor adquiriu adicionalmente, na mesma data de aquisição do título

"A" anteriormente especificado, um título de renda fixa "B" que pagará R\$ 1.000,00 daqui a três anos, mediante promessa de remuneração por uma taxa de juros pré-fixada de 12,30% ao ano. Neste caso, a compra do título "B" terá ocorrido pelo valor de R\$ 840,29 [1.000,00 / (12,30/100+1) elevado a 3]. Após o período de seis meses, o valor do título "B", pelo critério da remuneração contratada (em outras palavras, pela "curva de juros do papel"), será de R\$ 865,02 [840,29 multiplicado por (12,30/100+1) elevado a (6/12)]. Se, nesta mesma data, correspondente ao prazo decorrido de seis meses, a taxa de juros para títulos com vencimento na mesma data do título "B" estiver em 12,20% ao ano então, significa dizer, que o valor de mercado do título "B" seria de R\$ 908,53 [1.000,00 / (12,20/100+1) elevado a (30/36)]. Portanto, se o investidor decidir vender no mercado o título "B", nesta data, receberá R\$ 908,53, auferindo um ágio (comparativamente ao valor do título apurado pela "curva de juros do papel") de R\$ 43,51 [908,53 menos 865,02], o que ocorreria como consequência da alteração da taxa de juros de mercado, que neste exemplo teria passado de 12,30% ao ano (na data da contratação da operação) para 12,20% ao ano (na data correspondente ao prazo decorrido de seis meses). Assim sendo, cabe concluir que uma redução na taxa de juros de mercado, eventualmente ocorrida entre a data de contratação da operação e a data de negociação do título, implica em ágio no valor presente do investimento, porém o investidor receberá a remuneração efetivamente contratada (neste exemplo, 12,30% ao ano) se mantiver o título em carteira até a data do vencimento.

Consultor em
Finanças, Mestre em
Administração de
Empresas e Professor
universitário

CONFLITO

Comissão de Inquérito diz que Síria foi abandonada após o terremoto

O governo sírio levou uma semana para permitir o acesso à ajuda transfronteiriça e as autoridades impediram a chegada do auxílio às comunidades afetadas

A Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Síria avalia que as Nações Unidas, o governo sírio e outras partes são responsáveis por atrasos na entrega de ajuda de emergência aos sírios após o terremoto do mês passado. O presidente da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o país, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, cita falhas como graves, destacando a demora na chegada de resposta aos tremores.

"A primeira constatação é que a comunidade internacional, inclusive os órgãos das Nações Unidas, não foram capazes na Síria de imediatamente atender as vítimas. Durante três dias não houve e não aconteceu nada. A Síria foi totalmente abandonada. Os esforços foram feitos pela própria população. Depois de sete dias tendo o governo da Síria autorizado mais duas passagens na fronteira, melhorou, mas se perderam dias preciosos".

Segundo a comissão, o governo sírio levou uma semana inteira para permitir o acesso à ajuda transfronteiriça. As autoridades sírias e grupos opositores impediram a chegada de ajuda às comunidades afetadas.

Na avaliação do grupo, a resposta aos recentes terremotos foi caracterizada por problemas que impediram a entrega de ajuda urgente e vital para o noroeste da Síria.

Para eles, essas falhas envolveram o governo e outras partes no conflito, bem como a comunidade internacional e as Nações Unidas.

Paulo Sérgio Pinheiro destaca a falha em garantir um acordo de cessar-fogo e a demora em viabilizar chegada de ajuda pela rota disponível, incluindo equipes de resgate e equipamentos na primeira semana vital após o terremoto.

"O outro desastre foi que o conflito continuou. Nossa primeira manifestação da comissão, logo depois do terremoto, era que era preciso um cessar-fogo imediato, mas não ocorreu. As partes no conflito continuaram seus ataques. Quer dizer, trazendo mais uma camada de sofrimento da população. E a



Terremoto: os sírios se sentiram abandonados e negligenciados por aqueles que deveriam protegê-los, nos momentos mais desesperadores

crise humanitária que já existia foi agravada com o terremoto e depois em cima do terremoto, não houve nenhuma suspensão das hostilidades. Então, isso é que nós achamos que é preciso: que a comunidade internacional trabalhe diretamente e intensamente sobre a possibilidade de um cessar-fogo."

O texto adiciona que os sírios se sentiram abandonados e negligenciados por aqueles que deveriam protegê-los, nos momentos mais desesperadores. Pinheiro avalia que houve uma falha da diplomacia.

"Nós mesmos dissemos em certo momento que era abominável fazer depender a vinda dos circuitos de ajuda humanitária de uma resolução do Conselho de Segurança. Nós esperamos que isso não se repita. Agora, a nossa grande esperança é que esses quase 12 anos de conflito são uma falência gritante da diplomacia e está no momento que a diplomacia internacional possa retomar uma luta comum por um cessar-fogo, porque é a única maneira de poder garantir uma ajuda humanitária necessária à população civil."

A Comissão de Inquérito da ONU sobre a Síria lança seu último relatório pouco antes do 12º aniversário da crise.

A nova publicação documenta violações contínuas dos direitos humanos e do direito humanitário em todo o país nos últimos seis meses de 2022, incluindo a situação particularmente terrível para Sírios ao longo das linhas de frente no norte e noroeste.

Para Pinheiro, os sírios agora precisam de um cessar-fogo abrangente que seja totalmente respeitado, para que os civis, incluindo trabalhadores humanitários, estejam seguros.

Ele afirma que "devido à crueldade e cinismo das partes em conflito", novos ataques estão sendo investigados nas áreas que foram atingidas pelos terremotos. O especialista brasileiro cita um ataque israelense relatado na semana passada ao aeroporto internacional de Aleppo, um canal para ajuda humanitária.

Comunidades inteiras foram destruídas e a ONU estima que cerca de 5 milhões de pessoas precisam de abrigo básico e assistência não alimentar na parte síria da zona do terremoto.

Já antes dos terremotos de 6 de fevereiro, mais de 15 milhões de sírios, mais do que em qualquer momento desde o início do conflito, precisavam de assistência humanitária.

O relatório aponta que as

partes em conflito na Síria cometeram violações e abusos generalizados dos direitos humanos nos meses que antecederam os terremotos que atingiram a região no último mês.

Em áreas controladas pelo governo, a comissão documentou o aumento da insegurança em Dara'a, Suwayda' e Hama, e a continuação de prisões arbitrárias, tortura, maus-tratos e desaparecimentos forçados. As violações dos direitos de propriedade incluíam apreensões, leilões e proibições de acesso à propriedade.

A comissão apresentará as conclusões ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra na próxima terça-feira.

Os civis que vivem no noroeste afetado pelo terremoto foram particularmente expostos a ataques mortais nos meses anteriores.

Em um único ataque indiscriminado em novembro, as forças do governo usaram munições de fragmentação para atacar campos de refugiados densamente povoados na província de Idlib, dentro da área controlada pela oposição. No ato morreram sete civis e mais 60 podem ter fiado feridos.

Em agosto, outro ataque envolvendo foguetes não guiados lançados do solo matou 16

civis e feriu 29 em um movimentado mercado em Al-Bab, a nordeste de Aleppo.

Em julho, ataques aéreos das Forças Aeroespaciais da Federação Russa destruíram uma casa civil em Judaydah, Jisr Shughour matando sete membros de uma família e ferindo 13 outros civis.

Segundo o relatório, a violência aponta para um padrão há muito estabelecido de ataques indiscriminados, que podem equivaler a crimes de guerra.

Além disso, a comissão constatou que ainda não existem condições para o retorno seguro e digno. Durante o período do relatório, há relatos de sírios que tiveram pedidos negados, foram arbitrariamente presos ou impedidos de acessar suas casas após retornarem a áreas controladas pelo governo.

Além disso, grupos armados nas áreas afetadas pelo terremoto têm restringido regularmente os direitos de mulheres e meninas.

Segundo os autores, a maioria dos desabrigados nessas áreas são meninas e mulheres, muitas delas chefes de família. Assim, o relatório aponta que a ampliação da ajuda deve levar em consideração o impacto de gênero da crise.

COLAPSO



Donohoe: "temos regras fortes"

Zona do euro tem exposição limitada ao Silicon Valley

O presidente do grupo de ministros de Finanças da zona do euro (Eurogrupo), Paschal Donohoe, afirmou na segunda-feira, 13, que a zona do euro tem "exposição muito limitada" ao Silicon Valley Bank (SVB), banco americano que sofreu um colapso na semana passada. "Temos um marco regulatório muito forte aqui na Europa", acrescentou ele, durante entrevista à Bloomberg Television.

Donohoe, porém, também acrescentou que "claro, qualquer acontecimento bancário como esse realmente traz questões, e certamente discutiremos isso no Eurogrupo". Os ministros da região se reuniram na segunda-feira.

O também ministro das Finanças da Irlanda disse que o episódio mostra que o quadro pode mudar rápido, mas opinou que a Europa está em uma "boa posição", por mudanças feitas nos mercados regulatórios ao longo da última década.

Donohoe enfatizou que não é possível ser complacente. Ele acrescentou que é preciso ver onde está a exposição, e disse que o bloco está atento a um eventual apoio ao setor de tecnologia, para garantir que ele possa crescer e não ser afetado de modo significativo, já que o SVB era um banco centrado em companhias do setor nos EUA.

Ainda para Donohoe, o Banco Central Europeu (BCE) deve manter sua postura para conter a inflação. Ele lembrou que o BCE tem dito que tomará suas decisões reunido a reunião, para garantir o controle dos preços, mas não comentou diretamente se poderia haver mudanças nessas decisões diante da crise recente em alguns bancos americanos e dos temores gerados pela situação.

O ministro de Finanças da França, Bruno Le Maire, assegurou na segunda-feira, 13, que as falências dos bancos norte-americanos não impõem riscos a instituições financeiras francesas. "Não vejo qualquer risco de contágio, então não há alerta específico", a fazer, disse Le Maire, em entrevista à emissora FranceInfo.

Ainda segundo o ministro, os bancos e o sistema financeiro da França são "sólidos" e contam com "alto índice de liquidez" para resistir a choques.

O Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) afirmou que o sistema bancário do Reino Unido como um todo "continua seguro, sólido e bem capitalizado". O BoE comenta que, em consultas com a Autoridade de Regulação Prudencial (PRA, na sigla em inglês), o Tesouro e a Autoridade de Conduta Financeira (FCA), foi tomada a decisão de vender o Silicon Valley Bank UK Limited (SVBUK), subsidiária britânica do banco norte-americano Silicon Valley Bank (SVB), para o HSBC UK Bank.

O HSBC está autorizado a conduzir o negócio e é supervisionado pela PRA e a FCA, acrescenta a nota do banco central.

Segundo o BoE, a medida foi tomada para estabilizar o braço local do SVB, garantir a continuidade dos serviços financeiros, minimizar problemas para o setor de tecnologia do Reino Unido e apoiar a confiança no sistema financeiro.

ARTILHARIA PESADA

Soldados ucranianos enfrentam grupo russo Wagner na cidade estratégica de Bakhmut

O exército ucraniano informou na segunda-feira, 13, que fortes combates estão ocorrendo contra o grupo paramilitar russo Wagner pelo controle do centro da cidade de Bakhmut, no leste da Ucrânia. "As unidades de ataque de Wagner atacam de várias direções para avançar aos bairros centrais", disse o exército ucraniano. "Nossos defensores estão infligindo perdas significativas ao inimigo em combates ferozes", acrescentou.

A cidade de Bakhmut, que tinha 70 mil habitantes antes do início da invasão russa em fevereiro de 2022, é há meses o epicentro dos combates na frente leste. A cidade se tornou um símbolo tanto para a Ucrânia quanto para a Rússia, que sofreram grandes perdas

nessa batalha, embora observadores digam que sua importância estratégica é limitada.

O chefe do grupo Wagner, Yevgueni Prigozhin, admitiu que seus combatentes encontram resistência no centro da cidade. "A situação em Bakhmut é difícil, muito difícil. O inimigo está lutando por cada metro", disse ele em mensagem nas redes sociais. "Quanto mais perto estivermos do centro da cidade, mais difícil será o combate e mais artilharia haverá... Os ucranianos estão lançando infinitas reservas (no combate)", acrescentou.

Kiev garantiu que sua estratégia na defesa de Bakhmut é, acima de tudo, "ganhar tempo", acumular reservas e poder lançar uma contraofensiva em breve. As autoridades ucranianas também alertaram que, se

a cidade cair, as forças russas terão uma rota melhor para a região oriental de Donetsk, que o Kremlin anexou no ano passado.

Nas últimas semanas, os russos vêm ganhando terreno em torno de Bakhmut para tentar cercá-la. A captura da cidade daria a Moscou uma vitória militar, depois de meses de derrotas no terreno.

O destino desta cidade do leste da Ucrânia recorda o do porto de Mariupol, no sul, destruído por meses de combates terríveis até sua queda para os russos no primeiro semestre de 2022.

Bakhmut, uma pequena cidade industrial do leste da Ucrânia, está destruída após oito meses de combates. Chamada de "inferno na Terra" pelos soldados ucranianos, a localidade está

"praticamente cercada", segundo o grupo Wagner.

A Otan alertou na semana passada que Bakhmut pode cair em breve, e o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, prometeu que a defesa da cidade continuaria "o máximo possível".

De acordo com um relatório do Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo (SIPRI) publicado nesta segunda, a invasão russa da Ucrânia e o fornecimento maciço de equipamentos para Kiev quase dobraram as importações de armas para a Europa em 2022.

"A invasão realmente causou um aumento significativo na demanda por armas na Europa, que ainda não mostrou todo o seu potencial e provavelmente levará a novos aumentos nas importações", disse à agência

France-Press Pieter Wezeman, coautor deste relatório anual.

O ataque russo também trouxe consequências "devastadoras" para crianças em orfanatos ucranianos, com milhares delas sendo transferidas para territórios ocupados ou para a Rússia, alertou a ONG Human Rights Watch (HRW) nesta segunda. "Esta guerra brutal mostrou claramente a necessidade de acabar com os perigos enfrentados pelas crianças que foram levadas para essas instituições", disse Bill Van Esveld, funcionário desta organização.

Desde o início da invasão, mais de 4.500 jovens ucranianos que estavam em orfanatos ou famílias adotivas "foram deslocados para o exterior", segundo a ONG.

ÍNDIOS

Lula quer criar programa para financiar a produção agrícola

O presidente prometeu recriar o Conselho dos Povos Indígenas, porque não faz sentido estabelecer as políticas “de cima para baixo” e é preciso respeitar as opiniões

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que pretende criar um programa de financiamento para a agricultura indígena, para aumentar a capacidade de produção desses povos. Ele participou, na segunda-feira (13), da 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e visitou uma feira montada no evento, no Centro Regional Lago Caracará, de produtos orgânicos, de artesanato e a exposição de animais criados em terras indígenas.

“Essa é uma prova que vi aqui na pequena feira que acabei de visitar, uma demonstração que, na medida que vocês têm oportunidade, que têm garantida a terra e que têm garantido incentivo financeiro para vocês produzirem, possivelmente vocês produzirão igual ou melhor do que qualquer outra pessoa que tenta tirar o sustento da terra. Não é possível que ao longo desse tempo se emprestou tanto dinheiro para produção agrícola nesse país e não tenha chegado dinheiro à produção agrícola indígena. Eu prometo a você que, regressando a Brasília, vou tratar disso com muito carinho”, disse Lula.

A demarcação de terras indígenas também é prioridade na pauta do governo. Segundo Lula, o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) estão fazendo levantamento de todas as terras que estão prontas para serem demarcadas. Para o presidente, a garantia da terra aos povos originários é ferramenta de preservação e de combate às mudanças climáticas, pois eles são como “guardiões da floresta” que, por sua vez, dão sustentação à manutenção da qualidade do clima.

“Precisamos demarcá-las, logo, antes que as pessoas se apoderem delas, antes que inventem documentos falsos, escrituras falsas e digam que são donos da terra. Então, precisamos rapidamente tentar legalizar todas as terras que estão já quase prontas, os estudos, para que os indígenas possam ocupar o território que é deles, para aumentar sua capacidade de produção e para que possa ajudar a gente a cuidar do clima, porque se a gente não cuidar do clima a humanidade vai desaparecer por irresponsabilidade. E a gente quer mostrar que esse mundo pode produzir alimento sem precisar derrubar mais uma árvore da Amazônia, sem precisar estragar mais um rio, sem precisar poluir mais a água”, argumentou o presidente.

Segundo Lula, ainda este ano deve acontecer o encontro dos presidentes dos países amazônicos - Brasil, Equador, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. “Para que a gente discuta definitivamente como vamos cuidar das nossas florestas, para que a gente possa transformar a riqueza da biodiversidade de toda Região Amazônica em benefício das milhões de pessoas que moram na Amazônia e morrem de fome porque não conseguem sobreviver. E quem sabe se a gente abrir pesquisa para explorar com competência toda riqueza da biodiversidade, quem sabe a gente encontre uma saída para que a Amazônia possa garantir ao seu povo emprego decente, salário decente e melhoria da qualidade de vida, além da manutenção da floresta em pé”, disse.



Lula: “precisamos demarcá-las, logo, antes que as pessoas se apoderem delas, antes que inventem documentos falsos e digam que são donos da terra”

CARGOS ESTRATÉGICOS

Presidente abriga aliados em conselhos de estatais com ganhos de até R\$ 40 mil

O governo Luiz Inácio Lula da Silva começou a abrigar aliados em cargos estratégicos de empresas públicas que rendem até R\$ 40 mil extras por reuniões mensais ou bimestrais. Os assentos nos conselhos das estatais são entregues para contemplar apoiadores, garantir controle nas decisões sobre os rumos das companhias e incrementar as remunerações de ministros e executivos.

No ano passado, 77 empresas públicas repassaram R\$ 14,6 milhões em honorários e jetons para 460 pessoas. O gasto com os extras é ainda maior porque as empresas de economia mista não seguem as mesmas regras de transparência, e os valores pagos não são revelados. Os valores devem ser repetidos até dezembro.

As primeiras alterações no governo Lula já foram realizadas no Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), após a renúncia, em janeiro, de seis nomeados pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). Um conselheiro do BNDES recebe R\$ 8,1 mil para reuniões mensais, além das extraordinárias.

Entre os novos membros da equipe estão a ex-ministra de Meio Ambiente Izabella Teixeira, que atuou no segundo mandato de Lula e no governo de Dilma Rousseff (PT), e o climatologista Carlos Nobre. A entrada deles, segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, visa a uma “transição ambiental” no banco.

Chefe da assessoria especial da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e ex-assessor do gabinete da liderança do PT no Senado, Jean Keiji Uema também virou conselheiro do BNDES. Além dele, está também Robinson Barreirinhas, secretário da Receita Federal escolhido pelo ministro da Economia, Fernando Haddad. Barreirinhas chefiou a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de São Paulo na gestão de Haddad (2013-2016).

Para a presidência do conselho foi

escolhido o economista Rafael Lucchesi, ex-secretário de Ciência e Tecnologia do governo do petista Jaques Wagner, na Bahia. Lucchesi também esteve na equipe de transição do governo Lula, no fim do ano passado.

Os governistas já prepararam substituições em outros conselhos. Na Itaipu Binacional, indicações de Jair Bolsonaro devem perder em breve os cargos com remunerações de R\$ 34 mil para encontros bimestrais. Entre os bolsonaristas remanescentes, estão o ex-assessor especial Célio Faria Junior e os ex-ministros Bento Albuquerque e Adolfo Sachsida.

Bento está no centro do escândalo da entrada ilegal de joias no Brasil. Por indicação de Bolsonaro, os ex-ministros têm mandato até maio de 2024. O regime da empresa, porém, permite a substituição dos conselheiros a qualquer tempo. O governo Lula está preparando as substituições, segundo petistas. Os novos nomes estão sendo analisados pela Casa Civil.

As vagas de conselheiros das empresas costumam ser entregues a ministros e executivos provenientes da iniciativa privada para incremento salarial. Os jetons não são considerados salário e por isso não entram nos cálculos de teto salarial, equivalente à remuneração mensal de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que passará a R\$ 41,6 mil a partir de abril.

O chefe da pasta das Comunicações, Juscelino Filho, assumiu a presidência do Conselho Deliberativo da Fundação Sistel de Seguridade Social, o fundo de pensão complementar dos trabalhadores das empresas de telecomunicações. Por ser uma entidade privada, a remuneração dos membros do conselho não é pública.

Deputado licenciado do União Brasil do Maranhão e sem expertise no ramo das telecomunicações, Juscelino Filho entrou na vaga da Telebras. A empresa diz que indica “executivos de alto nível como membros representantes para compor o seu conselho deliberativo”. É praxe a

Telebras indicar um nome do ministério para o conselho. Até o ano passado a pasta era representada não pelo ministro, mas pela então secretária executiva, Maria Stella Dantas.

O governo Lula ainda não alterou a composição dos principais conselhos administrativos de estatais. Empresas como Petrobras e Embraer pagam jetons superiores a R\$ 40 mil. As primeiras reuniões deliberativas estão em vias de serem realizadas. São previstas novas trocas a partir de abril deste ano. Procurada, a Casa Civil não comentou.

Em 2020, o Supremo decidiu que políticos e servidores podiam acumular os vencimentos, extrapolando o teto atual do funcionalismo. As gratificações que garantiram supersalários foram consideradas remunerações privadas. Essa situação foi questionada por uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelo PT e pelo PDT ainda em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso. Depois da gestão do tucano, entretanto, os governos petistas de Lula e Dilma e também os de Michel Temer (MDB) e Bolsonaro recorreram à prática dos jetons para turbinar os vencimentos dos aliados políticos.

No governo Bolsonaro, gerais da reserva e integrantes da equipe econômica estavam entre os que extrapolaram o teto do serviço público com nomeações para os conselhos de estatais. Um dos discursos do governo anterior é que, no caso da área econômica, os vencimentos inflados permitiam a contratação de executivos da iniciativa privada com salários mais elevados.

A priori, as indicações precisam passar por análise de instâncias do governo. A Casa Civil dá a palavra final sobre a aptidão técnica e a capacidade dos indicados para ocuparem cargos nos conselhos das empresas públicas. No entanto, virou quase uma praxe a nomeação de pessoas próximas do presidente ou de ministros sem relação direta com as áreas de atuação das estatais.

Sapará, Ingaricó, Taurepang e Patamona.

Lula reafirmou o compromisso de retirada dos garimpeiros de terras indígenas, especialmente da Terra Indígena Yanomami, em Roraima.

A presença de garimpeiros nessas comunidades desencadeou uma crise humanitária que levou o governo federal a decretar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional

para combater a desassistência sanitária dos povos yanomami, que sofrem com a desnutrição e outras doenças evitáveis.

“Os garimpeiros poluíram aquela água do rio com mercúrio e nós agora vamos ter que fazer poço artesiano para levar água de qualidade para que aquelas crianças possam beber água e não morram contaminadas”, explicou o presidente.

INTIMAÇÃO

PF está fazendo diligências em inquérito sobre joias

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou na segunda-feira, 13, que a Polícia Federal (PF) está fazendo diligências no inquérito instaurado para investigar o caso das joias presenteadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro pelo governo da Arábia Saudita. Eventualmente, o ex-chefe do Executivo poderá ser intimado a depor no inquérito.

“Temos diligências ocorrendo neste instante. Há pessoas sendo ouvidas todos os dias”, afirmou Dino, ao deixar um evento sobre liberdade de expressão, na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio.

Segundo Dino, caso Bolsonaro não responda a alguma intimação e continue no exterior, o governo brasileiro poderia, eventualmente, acionar mecanismos de cooperação internacional, para fazê-lo depor.

“Em algum momento, como investigado, o ex-presidente será intimado a prestar depoimento. E aí, caso ele não compareça, nasce uma situação nova, em que poderá haver ou não o acionamento de mecanismos de cooperação jurídica internacional”, disse o ministro.

Mesmo assim, Dino avalia que a PF tem condições de terminar as investigações sem, necessariamente, tomar um depoimento de Bolsonaro. Por outro lado, o ministro ressaltou que prestar o depoimento, se for mesmo na condição de investigado, seria um direito do ex-presidente, para exercer plenamente sua defesa.

“Estamos diante de fatos que têm provas documentais. São imagens, filmes, ofícios, papéis, as chamadas provas materiais. Temos outras pessoas sendo ouvidas, em provas testemunhais. Então, sim, será possível concluir o inquérito independentemente de ele ser ouvido ou não. Espero que ele compareça, porque é um direito dele”, completou Dino.

As vésperas de completar cinco anos sem uma solução, o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes foi classificado pelo ministro como um caso “do que o Brasil não deve ser”. Dino afirmou ainda que políticos e autoridades do Judiciário se dedicaram a “matá-la” novamente nos dias seguintes ao crime.

“O que foram os 10 últimos anos da política brasileira? A hegemonia do ódio. Marielle foi assassinada e no dia seguinte políticos e autoridades, inclusive do Poder Judiciário, se dedicaram a matá-la novamente. E até hoje é como se houvesse um homicídio por dia. Esse caso da Marielle serve de referência para o que o Brasil não pode ser, não deve ser”, afirmou Dino.

O ministro comparou o atual cenário de polarização e disseminação de desinformação e discurso de ódio à ascensão do nazismo na Europa há 100 anos atrás.

“Só é possível entender esse debate compreendendo que vivemos uma quadra histórica, que é a mesma da Europa de 100 anos atrás, em que a manipulação de afetos é constituinte da luta política, sobretudo com uso do ódio”, completou o ministro.

O ministro determinou que a Polícia Federal (PF) apoie o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) nas investigações dos mandantes do assassinato de Marielle e Anderson. Antes de determinar a abertura de inquérito pela PF, Dino negociou os termos da cooperação federal com o MP do Rio. O governo petista procurou evitar atritos com promotores fluminenses e, ao mesmo tempo, cumprir a promessa de campanha feita por partidos de esquerda de colocar órgãos federais na apuração do caso.

O Conselho dos Povos Indígenas também será recriado porque, segundo Lula, não faz sentido estabelecer as políticas “de cima para baixo”. “É importante a gente respeitar a organização de vocês, para que vocês possam decidir aquilo que a gente tem que fazer, para dizer para gente o que é importante fazer, do jeito que temos que fazer”, disse.

O presidente recebeu um

documento com as reivindicações construídas durante o evento e disse que estudará o que poderá ser atendido por parte do governo federal. Desde sábado (11), a assembléia reúne cerca de 2 mil líderes indígenas para discutir proteção territorial, meio ambiente e sustentabilidade. Entre as lideranças, estão representantes dos povos Yanomami, Wai Wai, Yekuana, Wapichana, Macuxi,

FAKENEWS

Moraes defende regulamentação e a monetização dos conteúdos

O magistrado evocou diversas vezes a responsabilidade dessas empresas e garantiu que o Brasil não vai admitir que as redes sociais sejam tratadas como “terra sem lei”

Relator dos processos sobre fake news e atos antidemocráticos no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Alexandre de Moraes defendeu na segunda-feira, 13, a regulamentação do impulsionamento e monetização de conteúdos na internet, além da transparência de algoritmos em redes sociais. O objetivo é implicar as bigtechs, grandes empresas de tecnologia, no esforço de evitar a disseminação de notícias falsas e ataques às instituições democráticas.

Moraes discursou no seminário “Liberdade de Expressão, Redes Sociais e Democracia”, organizado nesta segunda-feira pela Rede Globo, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) na sede da Fundação, Zona Sul do Rio.

O magistrado evocou diversas vezes a responsabilidade dessas empresas e garantiu que o País não vai admitir que as redes sociais sejam tratadas como “terra sem lei”. “Se você impulsionou (um conteúdo), tem que ter responsabilidade porque você está ganhando dinheiro. Para direcionar e impulsionar uma informação, você tem de checá-la”, disse Moraes.

“Não precisamos definir o que é fake news ou que toda informação seja checada pelas plataformas, mas podemos exigir que essas plataformas tenham responsabilidade e maior transparência na utilização de algoritmos para que qualquer plataforma deixe de ser algo inerte. Com isso, daríamos um salto gigantesco de qualidade na alteração da estrutura comercial e gerencial das bigtechs”, continuou.

Ele defendeu que as grandes empresas de tecnologia donas de redes sociais e sites de buscas apliquem as táticas de controle à pornografia infantil e pedofilia para restringir conteúdos antidemocráticos. Segundo o ministro, até 93% dos conteúdos impróprios no primeiro caso são barrados por algoritmos, e o que passa, por haver dúvida, é filtrado por uma equipe dedicada à função.

Moraes sugeriu que as



Tânia Régio - Agência Brasil

Moraes defendeu que as grandes empresas de tecnologia apliquem as táticas de controle à pornografia infantil

redes sociais podem se auto regular, com o Judiciário atuando na definição de pré-requisitos e critérios de responsabilização.

No discurso, Moraes analisou longamente o processo de disseminação das fake news. Logo no início da fala, ele fez um mea-culpa, ao dizer que a institucionalidade do País foi alertada à respeito até seis anos atrás, mas não tomou uma providência.

“Ignoramos os alertas vindos da sociedade de quatro, cinco, seis anos atrás. Acabamos todos achando que seria algo auto regulável e passageiro. Não é auto regulável, muito menos passageiro. É perigosíssimo se deixarmos de analisar as causas, efeitos e reflexos não só para questões institucionais, mas para questões pessoais”, disse Moraes ao citar casos de bullying e os chamados “cancelamentos” nas redes sociais, causadores

de depressão e até suicídio de usuários.

Para Moraes, o princípio básico do combate a esse cenário é aplicar as regras válidas no mundo real ao mundo virtual. “A Constituição veda o anonimato no mundo real e no virtual. Por que eu posso ficar escondido atrás de um robôzinho para ofender e atacar as pessoas? Por que eu posso criar gabinetes de ódio para ferir a democracia no virtual, se, no real, eu não faço porque e não tenho coragem e a legislação está de olho?”, questionou o ministro.

Segundo ele, movimentos de extrema direita se aproveitaram das redes sociais para, primeiro, desmoralizar a imprensa e, depois, atacar a república na figura das eleições.

“Uma extrema direita radicalíssima percebeu de forma extremamente competente que era possível manipular essas informações, o acesso

a informações. Passou a manipular os olhos internos, as revoltas, os traumas de diversos segmentos da sociedade, juntar essas pessoas virtualmente e a partir disso instrumentalizá-las. Redes sociais e bigtechs foram instrumentalizadas no 8 de janeiro”, afirmou sobre os ataques ao Congresso, Supremo e Planalto.

Segundo o ministro, toda a organização dos atos de vandalismo do dia 8 de janeiro aconteceu pelas redes sociais, sem o menor disfarce, o que poderia ter sido impedido se as grandes empresas controladoras das plataformas atuassem ativamente contra conteúdos antidemocráticos.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou também que a discussão sobre a regulamentação das redes sociais ganhou “fôlego renovado”, no Brasil, após os “espantosos episódios” de 8 de janeiro último, quando

FLEXIBILIZAÇÃO

Ministro do STF manda soltar mais 130 radicais

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar mais 130 radicais denunciados pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes. As decisões foram publicadas na segunda-feira, 13, e concedem liberdade provisória aos manifestantes.

Com a flexibilização, eles poderão aguardar a conclusão do processo em liberdade, desde que cumpram uma série de medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica, o recolhimento domiciliar à noite e nos finais de semana e a apresentação semanal na Vara de Execuções Penais local.

Moraes também proibiu o uso de redes sociais e mandou cancelar passaportes e suspender autorizações para porte de arma de fogo e certificados de Colecionador, Atirador e Caçador (CAC).

O ministro considerou que os manifestantes já foram denunciados e, neste momento, não representam risco para a investigação ou para a sociedade. A decisão tem respaldo da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A Polícia Federal prendeu 2.151 pessoas em flagrante por participação nos protestos violentos que deixaram um rastro de destruição nos prédios do Planalto, STF e Congresso Nacional. 745 foram liberadas imediatamente após a identificação, entre idosos, pessoas com comorbidades e mulheres com filhos menores de 12 anos. Dos 1.406 que seguiram presos, permanecem na prisão 392 pessoas.

As prisões preventivas têm sido revogadas em blocos. Já há relatos de descumprimento das medidas cautelares, o que pode levar os infratores de volta à prisão.

GOVERNANÇA

Lira diz que federação entre PP e União Brasil depende só de alguns detalhes

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na segunda, 13, que haverá reuniões esta semana entre seu partido e o União Brasil para tratar da formação de uma federação entre as duas siglas. Lira minimizou as divergências entre os partidos para fechar o acordo, que estaria dependendo apenas da definição de “detalhes de governança”.

“O problema está só em detalhes da governança. As cúpulas dos partidos já se entenderam e querem fazer”, afirmou o deputado, em entrevista ao deixar um evento sobre liberdade de expressão, na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio.

Embora tenha citado “detalhes da governança”, Lira tratou

em seguida do entrave considerado maior, as divergências entre os diretórios estaduais de cada partido.

“Agora, estamos na forma, na conversa, que tem que ser ampla, com todos os diretórios. A que se ter um critério único, justo, para todos os Estados da federação, porque são dois partidos que têm representatividade bem expressiva no Congresso Nacional, governadores, prefeitos”, completou Lira.

No início do mês, em busca de entendimentos regionais, o União Brasil e o PP adiaram mais uma vez o anúncio da federação. No último dia 6, a demora em fixar um prazo se deve à dificuldade para fechar acordos sobre os comandos em algumas executivas estaduais. Segundo relatos de fon-

tes à reportagem, esses cargos devem ficar com quem tiver mais poder político local. Localmente, o maior problema é que parlamentares dos dois partidos temem perder influência na disputa por prefeituras em 2024.

A federação começou a ser negociada logo após o primeiro turno das eleições do ano passado. Um dos objetivos é fazer frente ao PL, presidido por Valdemar Costa Neto, que tem 99 deputados e 12 senadores. A federação, caso se concretize, contará com, no mínimo, 106 assentos na Câmara e 15 no Senado. Caso consiga fechar também a negociação com o Avante, o grupo ficaria 113 deputados.

Questionado se a formação da federação entre o União Brasil

e o PP poderia ajudar o governo federal a consolidar uma base parlamentar, Lira evitou responder. “O nosso intuito é fazer com que o País destrave nos temas importantes”, disse o presidente da Câmara, citando a reforma tributária como o principal desses temas.

O presidente da Câmara disse ainda que os Poderes da República e a sociedade devem encontrar equilíbrio entre a liberdade de expressão e o funcionamento das redes sociais. Ao lado dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, em evento no Rio de Janeiro, Lira frisou a necessidade de se encontrar o caminho do meio para preservar essas duas conquistas sociais.

Lira fez as afirmações no

manifestantes invadiram e depredaram as sedes do Congresso Nacional, do governo federal e do STF. Para Mendes, uma nova regulação, “mais rígida e moderna”, é urgente.

“Uma regulação mais rígida e moderna para a moderação do conteúdo das redes sociais é urgente e necessária no Brasil. Parece fundamental que um novo regime jurídico aumente a confiabilidade e a previsibilidade na moderação de conteúdo, a partir de garantias processuais e de mecanismos de resolução de disputa mais transparentes nas plataformas”, afirmou Mendes, em palestra durante um evento sobre liberdade de expressão, na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio.

Na palestra, o ministro fez uma explanação sobre os dois principais paradigmas jurídicos da regulação das redes sociais. O primeiro, baseado na ideia da “neutralidade” do

conteúdo, deixa a responsabilização da eventual divulgação de discursos criminosos apenas nos autores desses discursos. Isentas de responsabilização, as plataformas se dedicam à moderação do conteúdo conforme regulamentos internos.

Para Mendes, a atual regulação brasileira sobre o tema, o Artigo 19 do Marco Civil da Internet, está dentro desse paradigma, afeito ao arcabouço jurídico americano. Segundo o ministro, esse artigo do Marco Civil adota esse paradigma ao responsabilizar as plataformas digitais na internet apenas nos casos em que há decisão judicial específica determinando a remoção de conteúdos.

Por outro lado, Mendes defendeu o segundo paradigma jurídico na regulação das redes sociais, que, segundo o ministro, tem sido adotada em recentes leis aprovadas na Europa.

inestimáveis para a vida pública brasileira. Esse equilíbrio não é uma utopia, mas uma necessidade”, disse Lira.

O presidente da Câmara defendeu tanto as redes sociais quanto seus limites. “As redes sociais expandiram o alcance da liberdade de expressão do nosso povo, mas também podem representar obstáculo ao pleno exercício dessa liberdade de expressão ou da democracia”, afirmou.

Em seguida, acenou aos defensores da inimizabilidade do uso das redes. “Já não é mais preciso prender um cidadão para silenciá-lo ou restringir o alcance de suas palavras, mesmo os cidadãos com função precípua de comunicação, como jornalistas e parlamentares, podem ser calados com um mero clique”, criticou.

Lira é frequentemente pressionado por aliados e alas do eleitorado a reagir a decisões do STF contra a disseminação de fake news que passam pela suspensão das contas de figuras públicas em redes sociais, interpretadas pelos punidos e seus seguidores como censura.

SANEAMENTO

Tarcísio acredita que a privatização da Sabesp acontecerá no próximo ano

O governador ponderou que é preciso fazer a operação com cuidado, já que se trata de um projeto grande porte, mas demonstrou confiança na operação de venda da empresa

O governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos), disse na segunda-feira, 13, que prevê a privatização da Sabesp em 2024, sendo que a assinatura do contrato com a IFC, agência do Banco Mundial, para estruturação da capitalização deve ocorrer até o fim deste mês. Ao participar de almoço com empresários promovido pelo Lide, o governador salientou que serão avaliados no estudo a ser contratado todos os pontos de atenção, caso, por exemplo, de como serão prestados os serviços em áreas não rentáveis.

"Acredito que é uma operação que pode transcorrer no ano que vem", afirmou Tarcísio, ao ser questionado sobre o prazo da privatização da companhia de saneamento.

O governador ponderou que é preciso fazer a operação com cuidado, já que se trata de um projeto grande porte.

Por outro lado, citou a experiência com privatização, mencionando a transferência ao capital privado da Eletrobras, ao demonstrar confiança na venda da Sabesp.

A Agência Móvel da Sabesp começou atendimento aos moradores e turistas de São Sebastião, em Boiçucanga na segunda-feira. O atendimento diário será entre as 10h e as 16h, na Praça Elpidio Romão Teixeira, 220, em frente à Escola Estadual Walkir Vergani.

O objetivo da Agência Móvel é ampliar as opções de atendimento, levando o atendimento



Tarcísio: "as pessoas não entendem e não aceitam obras paradas porque obras paradas não geram taxas de retorno financeiro ou social. Vamos tocar"

presencial até a população que reside nessa região. Os interessados podem solicitar qualquer serviço, informação ou alteração cadastral; novas ligações, entre outros.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), por meio das equipes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) destacadas para o atendimento em São Sebastião, deu início à operação de transferência de famílias vítimas dos deslizamentos da Vila do Sahy para 300 apartamentos do Conjunto Habitacional em Bertoga.

O primeiro grupo de dez

famílias já está mobilizado para o deslocamento de 46 quilômetros a cidade vizinha, onde irá permanecer nos próximos oito meses, enquanto a SDUH viabiliza a construção de unidades permanentes, em São Sebastião, conforme o planejamento do Governo do Estado de São Paulo.

A CDHU providenciou caminhões para a retirada dos pertences das famílias das moradias atingidas ou condenadas pela Defesa Civil por conta dos deslizamentos. Todo o material que possa ser recuperado, juntamente com roupas e utensílios pessoais e doações que

já se encontram no Ginásio do Instituto Verdescola será carregado nos caminhões que farão o transporte.

As famílias seguirão em ônibus fretados pelo trajeto do Ginásio do Instituto Verde Escola e pousadas e hotéis da região onde estavam abrigadas desde o dia dos deslizamentos.

As 300 unidades no Conjunto Caminho das Flores, em Bertoga, foram cedidas em convênio firmado pela CDHU junto à entidade Frente Paulista de Habitação Popular do Estado de São Paulo. O acordo prevê a cessão pelo período de oito meses às vítimas das chuvas que atingi-

ram o Litoral Norte, principalmente São Sebastião, no fim de fevereiro.

Cada unidade tem área útil de 43,23 m², com dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Melhorias: piso cerâmico em toda edificação, azulejo no banheiro e na cozinha, sistema individualizado de consumo de água, gás e eletricidade.

A medida foi tomada em caráter emergencial e deve beneficiar cerca de 1.200 pessoas. Após o período de oito meses, a CDHU entregará as moradias à entidade nas mesmas condições em que foram

recebidas.

O governador de São Paulo disse também que está confiante que o leilão do trecho Norte do Rodoanel, que será feito na terça-feira, 14, será bem-sucedido. "Estou confiante de que o leilão do Rodoanel será bem-sucedido", comentou.

O trecho Norte do Rodoanel vai consumir investimentos de R\$ 4 bilhões e, segundo Tarcísio, em 2026 ele estará totalmente pronto.

Fazendo um paralelo com o seu tempo de ministro da Infraestrutura, Tarcísio brincou que já estava com saudades de bater o martelo num leilão de concessões e privatização.

O governador de São Paulo voltou a afirmar que não vai paralisar nenhum projeto ou obra que vieram de governadores anteriores. "Não vamos paralisar nada que veio do governo anterior. Foi assim que fiz quando estive à frente do Ministério da Infraestrutura e assim vou fazer no Governo do Estado de São Paulo. Obras não são de um governo ou de outro, são do Estado, comentou Tarcísio.

De acordo com ele, as pessoas não entendem e não aceitam obras paradas porque "obras paradas não geram taxas de retorno financeiro ou social". "Vamos tocar", disse.

E para o governador, fazer São Paulo crescer com desenvolvimento social é possível porque o Estado de São Paulo tem espaço para reduzir despesas e ganhar fôlego para investimentos. "Acreditamos na aliança de investimento público e privado", reforçou.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Kaspersky inaugura laboratórios de cibersegurança industrial em São Paulo

A Kaspersky, empresa líder em cibersegurança, inaugurou um dos primeiros laboratórios de segurança para proteção de sistemas de controle industriais (ICS) da América Latina em parceria com o Centro Universitário FIAP. De acordo com o último panorama de ameaças contra sistemas de infraestrutura críticas (ICS threat landscape) da Kaspersky, a transformação digital por qual o setor passa está aumentando a superfície de ataque.

A busca por maior eficiência nas áreas de Internet das Coisas Industrial (IIoT) e SmartXXX, que incluem a manutenção preditiva e tecnologia de digital twin, estão impulsionando o aumento dos ciberataques contra ambientes industriais e devem ser as áreas que as organizações precisam ter mais atenção. De acordo com o relatório da Kaspersky, "Panorama de Ameaças à Infraestrutura Crítica", as organizações devem ter atenção redobrada principalmente nos sistemas computadorizados de gerenciamento de manutenção (CMMS), que registraram um aumento de 45,5% nos ataques contra esses sistemas no Brasil durante o primeiro semestre de 2022 - este é a maior índice registrado no relatório.

Frente ao cenário de aumento dos ciberataques e com o desejo de reduzir a falta de profissionais especializados



Kaspersky: "a abertura de um Centro Industrial de Cibersegurança em São Paulo com a FIAP tem como objetivo aprimorar a educação em tecnologia da informação"

em cibersegurança no Brasil, a Kaspersky e a FIAP inauguraram um laboratório com trinta computadores e seis servidores. Pioneiro na América Latina, ele facilitará a capacitação de profissionais em "cibersegurança indus-

trial. Neste ambiente, será possível realizar aulas práticas para os alunos usando a suite Kaspersky Industrial CyberSecurity, a mesma tecnologia que profissionais do mercado usa para proteger sistemas de infraes-

trutura críticas, como a usina de Angra 1. Ao ter acesso a essas ferramentas, os alunos poderão experimentar como uma equipe de segurança trabalha em um ambiente industrial realista, com painéis de operação

industrial, estações de trabalho, servidores e monitoramento de rede.

A inauguração do laboratório contou com a presença de Eugene Kaspersky, CEO da companhia e especialista em

cibersegurança, que ministrou uma palestra sobre a história da cibersegurança e o futuro desta área em ascensão para alunos e funcionários da FIAP. O executivo também falou sobre o conceito de "ciber-imunidade", o qual acredita ser o próximo passo para a defesa cibernética.

"A abertura de um Centro Industrial de Cibersegurança em São Paulo com a FIAP tem como objetivo aprimorar a educação em tecnologia da informação e o conhecimento necessário para proteger sistemas industriais e de infraestrutura crítica. Como as ciberameaças estão em constante evolução, é importante unirmos forças para fechar a lacuna de talentos em cibersegurança no Brasil e na região como um todo", destaca o executivo.

Rafael Silva, coordenador acadêmico da graduação em Defesa Cibernética da FIAP, afirmou que a nova instalação da FIAP é uma ótima oportunidade para os estudantes entrarem em contato com a segurança industrial, que é uma das grandes preocupações do mundo atual e futuro.

"É diferente quando se fala de segurança nos computadores de uma casa, de um celular e de uma rede industrial. Os ambientes corporativos focam na proteção de dados confidenciais. Quando se trata de sistemas industriais, em que cada minuto de inatividade ou cada erro é crítico, a não interrupção das operações tem prioridade máxima. É isso que diferencia a cibersegurança nas indústrias e em outros domínios e torna o trabalho com o fornecedor de segurança certo tão importante", conclui o coordenador.



521 Participações S.A.

CNPJ nº 01.547.749/0001-16 (Em Liquidação Extrajudicial)

Carta do presidente do Conselho de Administração - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Administração da 521 Participações S.A. – Em Liquidação Extrajudicial, submete à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras do exercício de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Ivan Luiz Modesto Schara - Presidente do Conselho de Administração

Relatório do Liquidante: Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

1 – Contexto operacional: A 521 Participações S.A. – Em Liquidação Extrajudicial (“Companhia” ou “521 Participações”) foi constituída em 30 de julho de 1996 com o objeto social de participação direta ou indireta em outras Companhias. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011, a Companhia transferiu para seu acionista controlador, o Fundo BB Carteira Livre I, a totalidade da participação acionária direta que detinha na Neoenergia S.A. e na Itapebi Geração de Energia S.A. Com as transferências acima mencionadas, a Companhia deixou de ter participação em Companhias controladas ou coligadas, ficando, portanto, a geração de receita de sua atividade restrita às aplicações financeiras que detém. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, os acionistas entenderam que a Companhia havia cumprido com seu objeto social, não havendo interesse por parte dos mesmos na realização de novos investimentos na Companhia. Sendo assim, foi aprovado, por unanimidade, dissolver a Companhia, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de setembro de 2015, foram submetidos e aprovados pelos acionistas o Balanço Inicial de Liquidação e o Quadro Geral de Credores, com data-base de 30 de junho de 2015, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes. No mesmo ato, considerando que (i) não há conhecimento da existência de débitos pendentes da Companhia, e (ii) os recursos financeiros disponíveis na Companhia superam as possíveis obrigações financeiras que a Companhia ainda possa ter até a finalização de seu processo de liquidação, foi aprovada a partilha antecipada de parte do ativo remanescente da Companhia para distribuição aos acionistas, no montante de R\$ 13.227 mil. Tal pagamento foi devidamente efetuado em 11 de setembro de 2015. A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais em processo de restituição na Receita Federal do Brasil, conseqüentemente, a sua extinção está condicionada à conclusão de tais processos, não sendo possível mensurar a data de encerramento do período de Liquidação da Companhia. **2 – Aspectos econômicos e financeiros:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotou o novo pronunciamento técnico CPC Liquidação – Entidades em liquidação, aprovado pela Resolução CVM nº 28, onde estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação, no que tange ao reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos e divulgação e apresentação das demonstrações financeiras exigidas por esse pronunciamento. Em virtude da adoção do supracitado CPC, alguns demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa) foram excluídos das demonstrações financeiras. A fim de facilitar o acompanhamento anual da Administração da Companhia, sem prejuízo aos requerimentos emanados pelo pronunciamento técnico e resolução CVM descritos acima, optamos por apresentá-los no relatório do Liquidante, conforme abaixo:

a) Balanço Patrimonial

	2022	2021
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.629	2.094
Tributos a recuperar	887	1.165
Total do circulante	2.516	3.259
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários	17.047	15.789
Tributos a recuperar	301	-
Tributos diferidos	256	390
Depósitos judiciais	617	580
Total do não circulante	18.221	16.759
Total do ativo	20.737	20.018
Passivo Circulante		
Fornecedores	17	15
Tributos e contribuições sociais	42	34
Outros	4	4
Total do circulante	63	53
Não circulante		
Provisão para contingências	753	1.146
	753	1.146

	2022	2021
Patrimônio líquido		
Capital social	24.050	24.050
Reservas de lucros	9.098	7.996
Partilha antecipada do ativo	(13.227)	(13.227)
Total do patrimônio líquido	19.921	18.819
Total do passivo e do patrimônio líquido	20.737	20.018

b) Demonstração do Resultado do Exercício

	2022	2021
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(349)	(337)
Provisão para contingências	392	(1.146)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e tributos	43	(1.483)
Receita financeira	1.617	1.073
Despesa financeira	(76)	(50)
Resultado financeiro líquido	1.541	1.023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.584	(460)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(349)	(190)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(133)	389
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.102	(261)
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$):	0,45821	(0,10852)

d) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a partilhar	Lucros (prejuízos) acumulados	(-) Partilha antecipada de ativos	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	24.050	74	8.183	-	(13.227)	19.080
Prejuízo do exercício				(261)		(261)
Reversão de reserva				(261)		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.050	74	7.922	-	(13.227)	18.819
Lucro líquido do exercício				1.102		1.102
Constituição de reserva de lucros a partilhar			1.102	(1.102)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	24.050	74	9.024	-	(13.227)	19.921

Com a deliberação pela dissolução da Companhia, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 30 de abril de 2015, deixou-se de constituir reserva legal a partir do exercício de 2015. **Dividendos declarados** - Com a deliberação pela dissolução da Companhia, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 30 de abril de 2015, deixou-se de constituir os dividendos mínimos obrigatórios. **Reserva de lucros a partilhar** - Considerando a deliberação tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2015, no sentido da dissolução da Companhia, e também que, dada essa característica jurídico/operacional de liquidação, em que até a sua conclusão não se efetuará provisionamentos de dividendos e/ou reservas, criou-se no patrimônio líquido a rubrica reserva de lucros a partilhar, que se destina a acumular todo o resultado apurado no período da liquidação. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucros a partilhar é de R\$ 9.024 (R\$ 7.922 em 2021). **Partilha antecipada do ativo** - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de setembro de 2015, os acionistas, por unanimidade, aprovaram as demonstrações financeiras referentes ao Balanço Inicial de Liquidação da Companhia, com data-base de 30 de junho de 2015. No mesmo ato, em decorrência do desconhecimento, naquela data, da existência de débitos pendentes, e considerando que os recursos financeiros disponíveis superavam em muito as possíveis obrigações financeiras que a Companhia ainda poderia ter até a finalização de seu processo de liquidação, foi aprovada, conforme previsto no artigo 215 da Lei nº 6.404/76, a partilha antecipada de parte do ativo remanescente da Companhia, no montante de R\$ 13.227. Os acionistas consignaram que a parte residual dos recursos remanescentes na Companhia é mais que suficiente para: (i) pagamento de suas obrigações cotidianas, condizentes com seu processo

de liquidação, tais como o pagamento da remuneração do liquidante e de seus administradores, bem como dos honorários de consultores financeiros, contábeis e jurídicos; e (ii) pagamento dos valores correspondentes aos processos judiciais e administrativos de que a Companhia é parte, e que ainda estão sendo discutidos nas esferas apropriadas, portanto não constituindo passivo líquido. **3 - Quadro Geral de Credores:** A seguir o Quadro Geral de Credores, na data-base de 31 de dezembro de 2022.

	Em Reais
Quadro Geral de Credores em 31 de dezembro de 2022	
Creditos fiscais	41.800
Creditos quirografários	20.620
Total a pagar	62.420

	Compe-tência	Venci-mento	Valor a pagar (Em Reais)
Creditos fiscais			
Natureza do tributo			
INSS a recolher	dez-22	20/01/2023	720
PIS a recolher	dez-22	25/01/2023	944
COFINS a recolher	dez-22	25/01/2023	5.808
IRRF sobre serviços tomados a recolher	dez-22	20/01/2023	298
CSRF sobre serviços tomados a recolher	dez-22	20/01/2023	923
IRPJ a recolher	dez-22	31/01/2023	26.041
CSLL a recolher	dez-22	31/01/2023	7.066
Total a pagar			41.800

Demonstração dos ativos líquidos

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais			
	Saldos em Nota 31/12/2021	Ajustes não caixa para abertura DAL 31/12/2021	DAL de abertura em 31/12/2021	DAL em 31/12/2022
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.094	-	2.094
Tributos a recuperar	6.1	1.165	-	1.165
Títulos e valores mobiliários	5	15.789	-	15.789
Tributos diferidos	6.2	-	390	390
Depósitos judiciais	8.2	580	-	580
Total dos ativos		19.628	390	20.018
Passivos				
Tributos e contribuições sociais	7	34	-	34
Pró-Labore de conselheiros	4	-	-	4
Gastos de liquidação	15	-	-	15
Provisão para contingências	8.1	-	1.146	753
Total dos passivos		53	1.146	1.199
Ativos líquidos		19.575	(756)	18.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A 521 Participações S.A. – Em Liquidação Extrajudicial (“Companhia” ou “521 Participações”) foi constituída em 30 de julho de 1996 com o objeto social de participação direta ou indireta em outras Companhias. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011, a Companhia transferiu para seu acionista controlador, o Fundo BB Carteira Livre I, a totalidade da participação acionária direta que detinha na Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”) e na Itapebi Geração de Energia S.A. (“ITAPEBI”). Com as transferências acima mencionadas, a Companhia deixou de ter participação em Companhias controladas ou coligadas, ficando, portanto, a geração de receita de sua atividade restrita às aplicações financeiras que detém. **Dissolução da Companhia** - Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, os Acionistas, por unanimidade, após discussões, entenderam que a 521 Participações cumpriu com o seu objeto social, não havendo interesse por parte dos acionistas na realização de novos investimentos na Companhia, nem por meio dela. Sendo assim, os acionistas decidiram, por unanimidade, dissolver a Companhia, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76. Os acionistas decidiram pela não instalação do Conselho Fiscal e pela manutenção do Conselho de Administração em funcionamento durante o período da liquidação da Companhia. Nesse sentido, caberá ao Conselho de Administração (i) a eleição do liquidante; (ii) a fixação de sua remuneração; (iii) a destituição da Diretoria; (iv) a convocação da Assembleia Geral nas datas que os acionistas fixarem; (v) fiscalizar os atos do liquidante; e (vi) conceder aprovação ao liquidante para gravar bens da Companhia e contrair empréstimos, caso seja necessário. Os acionistas decidiram que no prazo de até 3 meses contados a partir de 30 de abril de 2015, o liquidante deveria apresentar balanço inicial de liquidação da Companhia, bem como seu quadro geral de credores. A partir da apresentação de tais documentos à Assembleia Geral, o liquidante deverá, anualmente, apresentar prestação de contas sobre a liquidação, bem como um resumo do “status” do processo de dissolução da Companhia. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de maio de 2015, os conselheiros, considerando a deliberação tomada pelos acionistas da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, decidiram nomear o Sr. José Ricardo do Carmo, para exercer o cargo de liquidante da Companhia. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2018, foi deliberada a destituição do Sr. José Ricardo do Carmo como liquidante da Companhia, posteriormente ratificada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de agosto de 2018. Em substituição, foi nomeado para o referido cargo o Sr. Carlos Eduardo Reich de Sampaio. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2020, foi deliberada a destituição do Sr. Carlos Eduardo Reich de Sampaio como liquidante da Companhia, e, em seguida, a nomeação da Eximia Capital Partners Ltda. para o referido cargo. Considerando que a Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF), que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas, conforme descrito nas notas explicativas nº8.1 – Passivos Contingentes e 8.3 – Ativos Contingentes, e base da na probabilidade de êxito em tais processos, manifestada pelos seus consultores jurídicos, a Administração entende adequado que os mesmos sejam patrocinados até sua conclusão. Dessa forma, os registros contábeis estão baseados nessa premissa, ou seja, de acordo com o prognóstico de perda dos seus consultores jurídicos e em concordância com os preceitos do CPC para Entidades em Liquidação que entrou em vigor em 2021. Destes modo, a extinção da Companhia está condicionada à conclusão desses processos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de apresentação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para Entidades em Liquidação aplicável a empresas em liquidação, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC Entidades em Liquidação, devem ser

Demonstração da mutação dos ativos líquidos

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais		
	DAL abertura em 31/12/2021	DAL em 31/12/2022	DAL em 31/12/2022
Venda de ativos e serviços			
Ajuste valor de liquidação	-	-	-
Tributos diferidos	6.2	390	(134)
Ajuste passivos líquidos			
Ajuste provisões	8.1	(1.146)	393
Contingências			
Gastos do período			
Pró-labore do período	-	(43)	-
Compensação de tributos	-	(91)	-
Impostos pagos	-	(359)	-
Gastos de liquidação	-	(281)	-
Ganho financeiro			
Juros aplicação CDB	-	210	-
Juros aplicação TVM	-	1.258	-
Juros Selic s/ créditos Fiscais	-	112	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	-	37	-
Variação dos ativos líquidos	(756)	1.102	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

distintas das companhias em continuidade, pois possuem características e necessidades especiais para a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o valor de liquidação, os ativos estão mensurados pelos valores esperados de realização e os passivos estão mensurados pelos valores formal e legalmente devidos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de março de 2023. **2.2 Base de mensuração** - Considerando que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. De acordo com o CPC para entidades em liquidação que entrou em vigor em 2021, a entidade em liquidação deve reconhecer como passivo todos os custos e despesas, líquidas de eventuais receitas, que espera incorrer até o final de sua liquidação, desde que haja base razoável para essa estimativa. Em função, do prazo indeterminado para encerramento do período de liquidação da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 1, não é possível projetar as receitas e despesas até o momento de sua extinção. Ainda em virtude da adoção do novo CPC para Entidade em Liquidação, que determina o reconhecimento de provisões para contingências quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada ainda como possível pelos advogados, a Companhia reconheceu provisão para contingências fiscais (conforme descrito na nota explicativa nº 8.1). **2.3 Moeda funcional e de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Desta forma, a Companhia revisa as estimativas e as premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e são aplicados de maneira prospectiva. **2.5 Demonstração do valor adicionado** - A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.6 Demonstrações contábeis** - A Companhia elaborou as demonstrações dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa, nos termos do pronunciamento técnico CPC para Entidades em Liquidação, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1 Instrumentos financeiros** - Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, sendo reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são depósitos bancários e aplicações financeiras (conforme demonstrado na nota explicativa nº 4) e aplicação em títulos e valores mobiliários (conforme demonstrado na nota explicativa nº 5). - Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais

O resultado básico da Companhia é derivado de rendimentos das aplicações financeiras deduzidos das despesas necessárias ao andamento do processo de liquidação, tais como: honorários advocatícios, de assessoria e de auditoria. A variação do resultado do exercício corrente da Companhia, quando comparado ao apurado no exercício de 2021, é decorrente, basicamente, da provisão para contingências fiscais reconhecidas nos exercícios segundo os critérios de avaliação dos advogados e, do aumento dos rendimentos sobre aplicações financeiras indexadas ao CDI e dos juros Selic incidentes sobre o saldo de créditos fiscais. Em 2022 o valor do CDI acumulado no ano foi de 12,39% (4,39% em 2021). De acordo com o CPC para Entidades em Liquidação que entrou em vigor em 2021, a entidade em liquidação deve reconhecer como passivo todos os custos e despesas, líquidas de eventuais receitas, que espera incorrer até o final de sua liquidação, desde que haja base razoável para essa estimativa. Em função da existência de processos judiciais de natureza tributária, bem como créditos fiscais pendentes de análise da Receita Federal do Brasil, conforme citado no contexto operacional, não é possível determinar nessa data o prazo de encerramento do período de liquidação da Companhia, o que inviabiliza a mensuração da totalidade de suas receitas e despesas até o momento de sua extinção. A Companhia não auferiu outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

c) Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	1.584	(460)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício:		
Juros e variações monetárias	(1.407)	(896)
Provisão para contingências	(392)	1.146
	(215)	(210)
	(250)	249

	2022	2021
Aumento (redução) de Ativos e Passivos		
Tributos a recuperar	89	147
Depósitos judiciais	-	262
Tributos e contribuições sociais	8	31
Tributos pagos	(349)	(190)
Fornecedores	2	(1)

Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(14.949)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	-	(14.949)
Redução líquida em caixa e equivalente de caixa	(465)	(14.910)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.094	17.004
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.629	2.094

Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado é composto de 2.405.000 ações ordinárias, correspondente ao montante de R\$ 24.050 e está assim distribuído:

	Qtde de ações	Participação (%)
Acionista		
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI	2.404.999	99,99996%
Demais acionistas	1	0,00004%
Total de ações	2.405.000	100%

Reserva legal - A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Créditos quirografários			
Fornecedores de serviços	Compe-tência	Venci-mento	Valor a pagar (Em Reais)
Eximia Capital Partners Ltda	dez-22	10/01/2023	14.953
Banco do Brasil S.A. (Diretoria de Soluções Empresariais / Gerencia de Serviços Fiduciários)	dez-22	13/01/2023	2.067
Remuneração do Conselheiros	dez-22	05/01/2023	3.600
Total a pagar			20.620

4 - Processos Tributários: A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF), que ainda estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. Em virtude da adoção do novo CPC para Entidades em Liquidação, que determina o reconhecimento de provisões para contingências quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada ainda como possível pelos advogados, em 31 de dezembro de 2022, está constituída provisão para contingência no montante de R\$ 75

Continuação



521 Participações S.A.

CNPJ nº 01.547.749/0001-16 (Em Liquidação Extrajudicial)

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Caixa e depósitos bancários à vista	4	1
CDB BB DI	1.625	2.093
	1.629	2.094

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que se aproximam do seu valor de mercado. Os recursos da Companhia estão aplicados em CDB emitido pelo Banco do Brasil, que apresenta remuneração de 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratada em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito. **5. Títulos e valores mobiliários:** O saldo de Títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 17.047 (R\$ 15.789 em 2021), está relacionado à aplicação em Letra do Tesouro Nacional - LTN, remunerada à taxa de 8% a.a. e com vencimento em julho de 2024. **6. Imposto de renda e contribuição social: 6.1 Tributos a recuperar**

	2022	2021
Imposto de Renda antecipado (a)	1.177	1.156
Contribuição Social antecipado (a)	9	8
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (b)	2	1
	1.188	1.165

(a) Referem-se ao imposto de renda e contribuição social antecipados recolhidos a maior, quando das apurações tributárias mensais. (b) Representam os saldos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicação financeira em CDB emitidos pelo Banco do Brasil. A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de imposto de renda e de contribuição social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2022, o montante pleiteado corresponde a R\$ 1.186 (R\$ 1.164 em 2021). Durante o exercício de 2021, a Companhia recebeu restituição de créditos fiscais da Receita Federal do Brasil totalizando o montante de R\$ 85.

Inscrição dívida ativa	Data da inscrição	Processo administrativo	Valor Principal	Atualização Monetária	Saldo Atualizado em 2022	Saldo Atualizado em 2021
Processo 70.6.05.002975-86	01/02/2005	10768.503375/2005-21	86	127	213	203
Processo 70.6.06.028516-12	20/07/2006	10768.510129/2006-15	4	5	9	9
Processo 70.7.04.000365-75	13/02/2004	10768.502538/2004-78	1	1	2	2
Processo 70.6.13.007240-47	10/10/2013	10768.002120/2007-16	225	168	393	366
			316	301	617	580

Em junho de 2021 ocorreu o levantamento dos depósitos judiciais realizados pela Companhia no montante atualizado de R\$ 262, em virtude de decisão favorável proferida nos embargos à execução fiscal nº 0507101-47.2009.4.02.5101, com o consequente cancelamento das CDAs objeto da execução fiscal. **8.3 Ativos contingentes** - Em março de 2006, a Companhia ajuizou Ação Ordinária contra a União Federal visando (i) a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que a obrigue ao pagamento do PIS e da COFINS com base na declaração de inconstitucionalidade do art. 3º, parágrafo 1º, da Lei no 9.718/98 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal; (ii) a restituição do indébito decorrente do recolhimento/compensação das mencionadas exações desde março/2001. Em sentença de 9 de fevereiro de 2015, a Dra. Lívia Maria de Mello Ferreira, da 8ª Vara Federal de Execução Fiscal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, julgou procedente o pedido em face da União Federal, confirmando os efeitos da tutela anteriormente deferida, declarando a inexistência da relação jurídica entre as partes, relativamente ao PIS e a COFINS no que concerne as alterações trazidas pela MP 1.724 e pela Lei 9.718. Na decisão declarou também, o reconhecimento do direito à compensação do montante recolhido indevidamente com a incidência da taxa SELIC desde então, por parcelas vencidas e vincendas de outros tributos e contribuições arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$22.713, já líquido dos possíveis honorários de êxito. No entanto, considerando que a

Em 2022, não houve recebimentos nesse sentido. **6.2 Tributos diferidos** - O imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre provisão para contingências fiscais, conforme detalhado na nota explicativa nº 8, são calculados pelas alíquotas 25% e 9%, respectivamente, como demonstrado abaixo:

	2022	2021
Provisão para contingências	(753)	(1.146)
IR Diferido (25%)	188	287
CS Diferido (9%)	68	103
	256	390

7. Tributos e contribuições sociais a pagar:

	2022	2021
IRPJ e CSLL	33	26
PIS e COFINS	7	1
INSS s/ pró-labore	1	1
Tributos retidos s/ serviços tomados	1	1
	42	34

8. Provisão para riscos judiciais: 8.1 Passivos contingentes - A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF), que ainda estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. Em virtude da adoção do novo CPC para Entidades em Liquidação, que entrou em vigor em 2021 e determina o reconhecimento de provisões para contingências quando a probabilidade de saída de ativos para sua liquidação seja considerada ainda como possível pelos advogados, foi constituída provisão para contingência no montante de R\$ 753 (R\$ 1.146 em 2021). Em 2022 houve reversão da provisão no montante de R\$ 477 em decorrência do encerramento do processo relativo a DECAMP nº 32667.81414.050908.1.3.02-3606, que foi julgado procedente pela Receita Federal do Brasil e que, consequentemente, baixou o referido débito. Sobre essa provisão, foram reconhecidos tributos diferidos no montante de R\$ 256 (R\$ 390 em 2021). **8.2 Depósitos judiciais** - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 617 (R\$ 580 em 2021) depositados judicialmente para fazer face às possíveis contingências, todas de natureza tributária, referente a processos classificados como perda possível, conforme citado na nota 8.1.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 12,39% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$ 202. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução do índice em 50%	
			Cenário 1 (*)	Redução do índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	1.629	do CDI	17	(38)
Total de redução da receita financeira			17	(38)
				(93)

(*) Para a análise de sensibilidade do cenário 1 foi considerado o CDI de 13,42% conforme informações disponibilizadas pelo mercado e comparadas com o CDI acumulado dos últimos 12 meses. (**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução dos índices foram aplicados sobre os índices do cenário 1. **10. Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas nas condições usuais de mercado e os principais saldos das transações da Companhia com seus acionistas e partes relacionadas encontram-se divulgados conforme segue:

Empresa	Natureza da Operação	Ativo 2022	Ativo 2021
Banco do Brasil (*)	Saldo conta corrente (Nota 4)	4	1
Banco do Brasil (*)	Aplicações financeiras (Nota 4)	1.625	2.093
		1.629	2.094

(*) A Companhia tem como acionista a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI que, por sua vez, como entidade de previdência complementar, tem como patrocinador o Banco do Brasil S.A.. **11. Eventos subsequentes:** Em 20 de janeiro de 2023, a Companhia recebeu restituição de créditos fiscais da Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 858. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2023, os acionistas, por unanimidade, aprovaram a partilha antecipada de parte do ativo remanescente da Companhia, no montante de R\$ 1.611, em decorrência do desconhecimento, naquela data, da existência de débitos pendentes, e considerando que os recursos financeiros disponíveis superavam em muito as possíveis obrigações financeiras que a Companhia ainda poderia ter até a finalização de seu processo de liquidação.

Eximia Capital Partners Ltda - Liquidante nomeado da Companhia
Flávio Freitas Thomaz Pereira - Contador CRC RJ 081603/O-0

Declaração do Liquidante sobre as Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022: Rio de Janeiro, 13 de março de 2023. Pela presente, em atenção ao disposto no art. 27, inciso VI da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, na qualidade de Liquidante da 521 Participações S.A. - Em Liquidação extrajudicial ("Companhia"), revisei, discuti e concordei com as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Atenciosamente, Eximia Capital Partners Ltda. - Liquidante nomeado da Companhia.

Declaração do Liquidante sobre o relatório dos auditores independentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022: Rio de Janeiro, 13 de março de 2023. Pela presente, em atenção ao disposto no art. 27, inciso V da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, na qualidade de Liquidante da 521 Participações S.A. - Em Liquidação extrajudicial ("Companhia"), revisei, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes, relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Atenciosamente, Eximia Capital Partners Ltda. - Liquidante nomeado da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Administradores e acionistas da 521 Participações S.A. - Em Liquidação Extrajudicial - Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da 521 Participações S.A. - Em Liquidação Extrajudicial ("Companhia") que compreendem a demonstração dos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das mutações dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 521 Participações S.A. - Em Liquidação Extrajudicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo normas específicas aplicáveis às entidades em liquidação, em especial a NBC TG 900 - Entidades em Liquidação. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à 521 Participações S.A. - Em Liquidação Extrajudicial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase: Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia** - Chamamos a atenção, conforme Nota Explicativa nº 1, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, os acionistas, por unanimidade, entenderam que a Companhia cumpriu com o seu objeto social, não havendo interesse por parte dos acionistas na realização de novos investimentos. Sendo assim, os acionistas decidiram pela dissolução da Companhia, mantendo-se o Conselho de Administração até o processo de dissolução ser concluído. Atualmente a dissolução da Companhia depende da conclusão dos processos de natureza tributária descritos na nota explicativa 8.1. De acordo com os consultores externos contratados pela Administração, todos os processos possuem chances possíveis de perda. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado.** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico - CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios estabelecidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Contingências fiscais** - Conforme Nota Explicativa nº 8.1, a Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF), que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas, e que foram classificados pelos seus consultores jurídicos como de risco de perda possível no montante de R\$ 753 mil. Adicionalmente, a Companhia possui registrado depósitos judiciais referentes a causas passivas que estão vinculadas ao mesmo assunto discutido na ação ativa de PIS e COFINS, essas causas foram originadas de execuções fiscais que se encontram atualmente suspensas e no aguardo do julgamento da causa ativa. Tais ações estão mencionadas em Nota Explicativa nº 8.2 e geraram os depósitos judiciais. Esse assunto foi considerado principal assunto de auditoria, devido ao grau de subjetividade envolvendo as estimativas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Como parte de nossos procedimentos de auditoria, consideramos a avaliação dos critérios contábeis adotados pela Companhia no reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes, bem como sua divulgação nas demonstrações financeiras, tomando por base os pareceres e opiniões dos assessores jurídicos que patrocinam esses processos de acordo com seus status atuais e classificação de riscos. Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os saldos das provisões, passivos contingentes e suas divulgações são adequados no contexto das demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas

decisão ainda precisa transitar em julgado, a Companhia não registrou nenhum valor em seu ativo. **9. Instrumentos financeiros e riscos operacionais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetivada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **a) Risco de crédito** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operação com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. **c) Análise de sensibilidade** - Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de juros, conforme demonstrado:

outras informações que compreendem o Relatório do Liquidante. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Liquidante e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório do Liquidante e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório do Liquidante, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude e erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de descontinuidade operacional aprovada com base na decisão dos acionistas em AGE de 30 de abril de 2015. Sendo assim, estamos inserindo parágrafo de descontinuidade operacional, chamando a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem dentro de uma perspectiva razoável superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.
Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes - CRC-RJ 005.333/O-0.
Sheila Conrado - Contador - CRC-RJ 086.265/O-4.

EXTREMISMO

'Coaches' de masculinidade estão em alta e preocupam especialistas

Red Pill, "machosfera" e "manosfera" são termos que têm chamado a atenção em referência a grupos que discutem o papel dos homens na sociedade, mas acabam por reproduzir ideias machistas e, por vezes, misóginas (de ódio a mulheres). Neles, um pano de fundo é bastante comum: supervalorização do masculino e reação a conquista de direitos de minorias, como mulheres (principal alvo) e LGBTs. Na internet, esses grupos têm espaço em fóruns, redes de mensagens, perfis e podcasts, com ampla gama de influenciadores, os "coaches de masculinidade", que dão dicas de sedução, segurança e estilo de vida e reúnem milhares de seguidores. Grande parte inclui conceitos ultrapassados, com representações estereotipadas e sem reconhecer a diversidade das mulheres.

Um tema recorrente são os relacionamentos. Em vez de uma ótica da parceria, muitos concebem a relação de modo que a mulher raramente aparece como produtora de riqueza material. O homem serviria à mulher com dinheiro, que ganha fora de casa, e ela retribui sexual e afetivamente, e com serviços domésticos. Isso quando ela, segundo os red pills, não tiver sido "transformada" pelo feminismo. Um dos coaches, Thiago Schutz, ganhou holofotes este mês. Dono do perfil Manual Red Pill Brasil, ele viralizou com um vídeo em que exemplifica suposta manipulação de uma mulher que oferece cerveja a um homem que bebe Campari - daí o apelido "Coach do Campari" ou "Calvo do Campari". Nas redes, o trecho trouxe à tona o debate sobre masculinidade frágil, além de memes e sátiras. Entre elas, o vídeo da atriz Lívia La Gatto, que, sem citar nomes, ironizava falas misóginas dos "coaches da masculinidade". Schutz, então, rea-

giu com uma fala sobre "processo ou bala", na intenção de que a postagem fosse apagada. A atriz registrou boletim de ocorrência e ele afirmou ter sido mal interpretado. A defesa de Schutz disse que ele já deu depoimento e segue à disposição das autoridades. A "manosfera" ou "machosfera" reúne grupos com várias designações (red pill, incel, man going their own way), que defendem diferentes jeitos de ver e de se relacionar com mulheres, mas em comum, segundo seus participantes, lutam pelos direitos dos homens e se contrapõem ao feminismo. Especialistas em gênero e estudiosos do extremismo, porém, indicam que essa é, diversas vezes, uma roupagem para tornar aceitáveis ideias machistas e/ou misóginas. "No senso comum, até pelo 'ismo', pode dar a ideia de que o masculinismo seria simétrico ao feminismo. E não é", diz a antropóloga Isabela Kalil, do Observatório da Extrema

Direita. "O masculinismo está muito próximo, por exemplo, do supremacismo branco. Porque o feminismo não propõe a aniquilação do outro. O que propõe é a ampliação de direitos e projeto de emancipação e inclusão." A alegoria da red pill vem do filme Matrix, dirigido pelas irmãs Wachowski (duas mulheres trans). Nele, o protagonista Neo (Keanu Reeves) escolhe entre duas pilulas, azul e vermelha. Ao pegar a segunda, ele sai de uma espécie de simulação e passa a lutar contra um sistema onde máquinas subjuguam humanos. Quem opta pela vermelha encarará a realidade - sob suposto domínio feminino - e deve ser viril. Para especialistas, essa sensação de desvantagem por parte de brancos e heterossexuais é uma reação à conquista de direitos por minorias, que fazem o domínio social masculino perder força. As transformações criam frustrações e

parte deles passa a ter comportamento infantilizado. "É como, de repente, acordar no meio do deserto, com 30 anos, e não saber o que aconteceu", compara Christian Dunker, professor de Psicologia da USP. "Muitos desses homens têm uma versão simplificada do que a vida espera deles. E esse sentimento pode evoluir para violência, falta de responsabilidade afetiva", afirma o especialista. Narrativas red pills, diz Isabela Kalil, têm potencial de objetivar e desumanizar a mulher. "Diminuir o espaço de humanidade do outro e transformá-lo em objeto permite que violências sejam aceitas." Estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública diz que todas as formas de violência contra mulher cresceram em 2022. Para ela, grupos masculinistas, sobretudo os extremos, expõem "uma cultura de violência contra a mulher, que pode aparecer de forma muito evidente, mas, às vezes, aparece de modo mais 'suave'".

Schutz nega que o red pill ou ele - pregue ódio à mulher ou seja uma seita. "Pelo contrário. Ela ensina como usar a racionalidade no autoconhecimento para enxergar possíveis incoerências na vida e nas relações entre as pessoas", disse por e-mail. "O que a Red mostra é que homens também podem estabelecer seus limites e preferências do que gostam ou não gostam, coisa que as mulheres já fazem de forma mais natural e mais aceita pela sociedade", disse Schutz. Para ele, só o fato de expor os limites "é visto como machismo ou misoginia". Ored pill atrai também advogados. Alex Ciqueira se apresenta como criminalista especialista na "defesa de homens contra falsas acusações". "Talvez a mulher sofra mais a violência física pela força do homem, mas quando se trata de violência psicológica, talvez os números se igualem", afirma.

VIOLÊNCIA

Número de mortos em ações policiais na Maré dobra em 2022

Ao todo, 39 pessoas morreram em decorrência de violência armada no complexo. Doze foram vítimas de confrontos entre grupos criminosos

O número de mortos durante operações policiais no conjunto de favelas da Maré, na zona norte do Rio, em 2022 foi 145% maior do que no ano anterior: foram 27 - muitos cadáveres tinham sinais de tortura e execução, segundo denúncias da comunidade -, ante 11 em 2021. Em 2020, os números foram ainda menores: houve cinco mortos em ações de segurança. Ao todo, 39 pessoas morreram em decorrência de violência armada em 2022 no complexo. Doze foram vítimas de confrontos entre grupos criminosos rivais. As informações constam da 7ª edição do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, lançado nesta segunda-feira, 13, pela ONG Redes da Maré.

A Maré abriga 140 mil moradores distribuídos por 16 comunidades situadas à margem da Baía de Guanabara. Fica também perto de algumas das principais vias expressas da cidade: Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha, além da Transcarioca. A sequência de favelas se estende à margem da Avenida Brasil, na direção Centro-zona norte, da sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) até a Penha, passando pela entrada para o Aeroporto Internacional do Galeão. Com base em uma rede de colaboradores que em 2022 reuniu 197 moradores e 21 organizações sociais, a ONG Redes da Maré recolhe e confirma informações relativas às rotinas no conjunto de favelas.

O relatório afirma que ocorreram 27 operações policiais e 8 confrontos entre grupos criminosos rivais na Maré ao longo de 2022. Por causa desses episódios, as escolas do conjunto de favelas ficaram

A Maré abriga 140 mil moradores distribuídos por 16 comunidades situadas à margem da Baía de Guanabara

15 dias fechadas, enquanto as unidades de saúde pararam por 19 dias. Dos 39 mortos com uso de arma de fogo, 38 eram homens e havia uma mulher. Desse total, 19 vítimas eram pretas; 9, pardas; 7, brancas; e sobre 4 não há informações. Treze tinham entre 19 e 29 anos de idade.

Segundo a ONG, das 27 mortes registradas durante operações policiais, em mais de 20 houve o que a Redes considerou indícios de execução pelos agentes do Estado. Teriam sido mortas pessoas que já haviam se rendido e estavam desarmadas.

Dois episódios relatados pelo boletim são especialmente assustadores. Um aconteceu em 26 de setembro. Moradores da Baixa do Sapateiro pediram ajuda à equipe da Redes da Maré. Relataram que, durante uma operação policial na região, uma pessoa entrou em uma casa em que havia 19 pessoas, dominou o dono do imóvel e passou a anunciar, aos gritos, que queria se render e não ser executado. Agentes do Batalhão de Operações Especiais (Bope), tropa de elite da Polícia Militar, cercaram a casa, e o dono foi libertado.

"As 19 pessoas restantes ficaram no domicílio em cárcere privado por cerca de três horas. Esse fato exigiu dos profissionais da Redes da Maré uma longa mediação com os

agentes de segurança pública com as lideranças de associações de moradores e os muitos moradores que se juntaram nas redondezas querendo entender o que os policiais iriam fazer mantendo esse grupo recluso. Os agentes de segurança fizeram ameaças e não se mostraram abertos ao diálogo, impedindo qualquer aproximação ao local", relata o boletim divulgado nesta segunda-feira.

O relatório prossegue, com mais detalhes. "De acordo com um levantamento in loco realizado pelo 'De Olho na Maré', 17 pessoas foram presas e duas morreram. Ao se retirar da casa, os policiais deixaram para trás instrumentos de tortura como alicate e choque elétrico", registra o texto. "Os moradores descrevem como um dos policiais disse que escolheria duas pessoas para morrer. O agente teria apontado para os dois escolhidos, levado um deles para o banheiro e o executado. O segundo escolhido teria tentado fugir se jogando do terraço, momento em que também foi executado com um tiro na cabeça", conclui o relatório.

O segundo episódio aconteceu dois meses depois, em 25 de novembro. Moradores relataram à Redes da Maré que três jovens foram presos dentro de uma casa na Favela Nova Holanda e torturados por PMs do Batalhão de Ações com

Cães (BAC). Os policiais retiraram os três da casa e informaram que os levariam para um hospital, sem dizer qual, segundo o relatório. Familiares do trio e integrantes do Redes da Maré fizeram buscas em unidades de saúde, no Instituto Médico-Legal e em delegacias da região, sem localizá-los. Mais tarde, uma foto de um dos três jovens - morto - começou a circular pelas redes sociais. Logo, chegou ao conhecimento da família dele. Segundo o relatório, os três foram executados.

"O morador da favela quer ter direito a viver", resume Liliane Santos, coordenadora do eixo Direito à Segurança Pública da Redes da Maré. "Para que esse direito seja respeitado, temos de denunciar a situação, todas as ilegalidades praticadas. A participação do Ministério Público e do sistema judicial também é fundamental", conclui.

Questionada sobre esses episódios, a Secretaria Estadual de Polícia Militar (SEPM) afirmou, em nota, que "o comando da SEPM não tolera possíveis cometimentos de abusos por parte dos seus entes, apurando com rigor fatos nesse sentido quando relatados". "A Corregedoria da corporação está ao dispor do cidadão para a formalização destas denúncias através do telefone (21) 2725-9098 ou ainda pelo e-mail denuncia@cintpm.rj.gov.br. O anonimato é garantido." A pasta não se pronunciou especificamente sobre os dois casos descritos.

Sobre mortes e outros problemas registrados durante as operações realizadas pela Polícia Militar na Maré, a SEPM afirmou que "as ações da corporação são precedidas de planejamento prévio, sendo desenhadas dentro de protocolos técnicos e do previsto na legislação vigente".

BEM-ESTAR ANIMAL

Com mais de 90% dos animais imunizados, estado atinge a meta contra a febre aftosa

O Estado do Rio de Janeiro registrou índice superior a 90% de animais vacinados contra a febre aftosa, número que era a meta inicial estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A última etapa da campanha de vacinação, realizada no período de 1º de novembro a 30 de dezembro de 2022, teve como objetivo imunizar bovinos e bubalinos de todas as idades.

Foram imunizados mais de 2,4 milhões de bovinos e bubalinos. O sucesso de mais uma campanha é resultado de um árduo trabalho da equipe de De-fesa Agropecuária em conjunto com os pecuaristas, a Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e prefeituras.

"Mais uma etapa vencida! Quero agradecer o empenho e colaboração dos produtores rurais, secretarias municipais de Agricultura, sindicais de Agricultura, empresas vinculadas e servidores da Defesa Agropecuária. Essa parceria é valiosa", destaca o secretário de Estado de Agricultura, Dr. Flávio.

Segundo o superintendente de Defesa Agropecuária, Paulo Henrique Moraes, o índice vacinal alcançado no estado do Rio é de extrema importância para manter o status de área livre com vacinação e é um dos fatores

exigidos para avançar para a área livre de febre aftosa sem vaci-nação.

"Este resultado confirma todo o cuidado, atenção e comprometimento dos produtores e servidores em relação à sanidade do rebanho, boas práticas e bem-estar animal - acrescenta Moraes.

Vale lembrar que a participação durante as etapas de imunização é de grande relevância, e a aplicação da vacina e a comprovação junto à de-fesa agropecuária são obrigatórias. O pecuarista que ainda não conseguiu comprovar a vacinação deverá enviar a declaração, mesmo após o encerramento da etapa, mas estará sujeito à multa.

O Rio de Janeiro continuará tendo vacinação contra a febre aftosa este ano. A expectativa deste ano é manter os bons resultados das etapas anteriores. A pasta aposta em índices vacinais cada vez mais altos, e esse efeito é de extrema importância para manter o status de área livre com vacinação e, é também, um dos fatores exigidos para avançar para a área livre de febre aftosa sem vacinação.

O pecuarista que ainda não declarou deve entrar em contato com o Núcleo de Defesa Agropecuária da sua região por meio do seguinte link: <https://bit.ly/2FUeQqT>.

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ 12.979.051/0001-96 - NIRE: 33.3.0029479-1
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel de Frias 77, sala 1701, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. Niterói, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ: 14.821.124/0001-42
CONVOCAÇÃO. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A., na qualidade de emissora de ações ordinárias ("Companhia"), vem convocar os titulares de ações ("Acionistas"), nos termos do art. 124 da Lei 6404/76, para reunião em Assembleia Geral de Acionistas ("Assembleia Geral de Acionistas"), a ser realizada no dia 23 de março de 2023, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Teams, sendo certo que o link de acesso, bem como as orientações gerais para participação, serão enviados, oportunamente, pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), a fim de que os acionistas examinem, discutam e deliberem, na Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada às 10:00 (dez horas), sobre: (i) aumento de capital da Companhia, com consequente reforma do Estatuto Social para refletir o novo capital social da Companhia.

SUDELETRO S.A.
CNPJ 33.102.153/0001-07
CONVOCAÇÃO: São convidados os senhores acionistas para se reunirem em AGO/AGE a realizar-se em 31/03/2023, às 10 horas, na sede social à Praça Mahatma Gandhi, 2, Grupo 921, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Diretoria, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; B) Destinação dos Resultados; C) Eleição da Diretoria para o próximo triênio, Fixação dos Honorários da Diretoria; D) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 13/03/2023. a) Silvia Vêras de Lacerda Guimarães - Presidente.

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ/MF nº 01.629.083/0001-45
CONVOCAÇÃO. Conforme previsto no Art. 8º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, convocamos os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária da Ferrovia Tereza Cristina S.A., a realizar-se em sua sede, na Avenida das Américas, 700, Bloco I, sala 306, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, às 14:00 horas do dia 03/04/2023, em 1ª convocação, visando deliberar sobre a Eleição dos membros do Conselho de Administração da Cia. Rio de Janeiro, RJ, 13 de março de 2023. Benony Schmitz Filho - Presidente do Conselho de Administração.

Restaurante Novo Stambul Ltda
CNPJ 27.857.622/0001-97
CONVOCAÇÃO. Ficam os sócios da sociedade empresária limitada **Restaurante Novo Stambul Ltda**, CNPJ 27.857.622/0001-97, convocados para reunião quotistas a ser realizada no dia 21 de março de 2023, às 10 horas com a totalidade dos sócios em primeira convocação ou as 10:30 horas com qualquer número de sócios em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) reativação da sociedade; 2) Nomeação de administradores; 3) Adequação da cláusula de falecimento; 4) Consolidação do Contrato Social - Sócia administradora: Marthá Sandra Bezins Tayer.

AUTO VIAÇÃO ABC S.A.
CNPJ 31.694.813/0001-52 - NIRE: 33.3.0028789-2
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto 136, Alcântara, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

LRS PARTICIPAÇÕES INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ Nº. 10.551.544/0001-03 - NIRE 33.3.0028900-3
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ernani do Amaral Peixoto 455, sala 507, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Niterói, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.
CNPJ/ME nº 29.980.141/0001-08 - NIRE 33.3.0033158-1
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de março de 2023. 1. Data, Horário e Local - Dia 6 de março de 2023, às 14 horas, na sede social da OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A., localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Avenida das Américas, 3.434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102 ("Companhia"). **2. Presença e Convocação** - Conselheiros presentes em sua totalidade. Dispensada a convocação, na forma do disposto no Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa** - Alfredo José Califfa, Presidente da Mesa e Fernanda Bernardino de Almeida, Secretária da Mesa. **4. Ordem do Dia** - Examinar, discutir e deliberar sobre a eleição de membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberação** - Após análise da proposta submetida à deliberação, por decisão unânime da totalidade dos conselheiros, e sem quaisquer restrições, estes aprovaram, o quanto segue: A eleição dos seguintes diretores para compor a Diretoria e a fixação de suas respectivas atribuições, todos com mandatos unificados de 2 (dois) anos, estendendo-se até a primeira reunião do Conselho de Administração após a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, podendo ser reeleitos: (a) Eleição do Sr. **Luis Paulo Assumpção**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade nº 04.518.492-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 601.662.747-04, com endereço comercial nesta cidade, na Rua Avenida das Américas, 3.434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para o cargo de **diretor sem designação específica**; e (b) Eleição do Sr. **Fernando César dos Santos**, brasileiro, engenheiro, separado, portador da cédula de identidade nº 109171196, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 051.604.638-10, para o cargo de **diretor sem designação específica**. Os membros da diretoria ora eleitos tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos de posse, que integram a presente ata como Anexo I, lavrada em livro próprio da Companhia, ocasião em que declararão, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6. Observações Finais** - Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada. Membros do Conselho de Administração: Alfredo José Califfa, Luis Paulo Assumpção, André Ponce de Leon Arruda, Ana Marta Horta Veloso, Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros e Victor Jorge Snabaitis Bomfim. A presente transcrição é cópia fiel resumida da ata lavrada no livro próprio da Companhia. Rio de Janeiro, 6 de março de 2023. **Mesa: Fernanda Bernardino de Almeida - Secretária da Mesa; Alfredo José Califfa - Presidente da Mesa.** Juceirja nº 5365728 em 13/03/2023.

AUTO ÔNIBUS ALCÂNTARA S.A.
CNPJ 31.520.745/0001-05 - NIRE: 33.3.0027348-4
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio 363, Boassú, Primeiro Distrito daquele Município, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

VIAÇÃO MAUÁ S.A.
CNPJ 31.688.609/0001-29 - NIRE: 33.3.0027347-6
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio 363, Boassú, Primeiro Distrito daquele Município, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.
CNPJ/ME nº 29.980.141/0001-08 - NIRE 33.3.0033158-1
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de março de 2023. 1. Data, Horário e Local - Dia 6 de março de 2023, às 10 horas, na sede social da OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A., localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Avenida das Américas, 3.434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102 ("Companhia"). **2. Presença e Convocação** - Conselheiros presentes em sua totalidade. Dispensada a convocação, na forma do disposto no Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa** - Alfredo José Califfa, Presidente da Mesa e Fernanda Bernardino de Almeida, Secretária da Mesa. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre (i) a contratação de empréstimos, financiamentos, endividamento ou operação financeira em nome da Companhia e de suas controladas e subsidiárias, em valor superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) nos termos do artigo 20, inciso "s", do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a assunção de compromissos ou obrigações pela Companhia, em valor superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), nos termos do artigo 20, inciso "t", do Estatuto Social da Companhia. **4. Deliberação:** Após análise da proposta submetida à deliberação, por decisão unânime da totalidade dos conselheiros, e sem quaisquer restrições, estes aprovaram: (i) a contratação de empréstimos, financiamentos, endividamento ou operação financeira em nome da Companhia e de suas controladas e subsidiárias, em valor superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no limite de R\$600.000.000,00, nos termos do artigo 20, inciso "s", do Estatuto Social da Companhia, perante até 6 (seis) Instituições Financeiras de relacionamento da Companhia, para a quitação de endividamentos ponte e reforço de caixa, CAPEX e investimento, com garantias consubstanciadas em hipotecas de embarcações estrangeiras de valor de venda forçada equivalente a, no mínimo, 60% do saldo devedor, e cessão Fiduciária de Direitos Creditórios oriundos de contratos a performar com razão de garantia de, no mínimo, 200% do saldo devedor, a ser verificado nas duas contas vinculadas, e com fluxo mínimo de 1,2 PMT no mês anterior a cada parcela do principal e juros, com prazo final de 4 (quatro) anos, amortização mensal, desde que respeitados 12 (doze) meses de carência, remuneração lastreada no CDI acrescida de spread limitado de 5,00% a.a. (b.252, exponencial), a ser definido no Procedimento de Bookbuilding, e remuneração dos coordenadores de até 2%; (ii) a assunção de compromissos ou obrigações pela Companhia, que atinjam valor superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), nos termos do artigo 20, inciso "t", do Estatuto Social da Companhia, perante a Oceanica Netherlands B.V. ("Oceanica B.V."). **5. Observações Finais** - Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada. Membros do Conselho de Administração: Alfredo José Califfa, Luis Paulo Assumpção, André Ponce de Leon Arruda, Ana Marta Horta Veloso, Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros e Victor Jorge Snabaitis Bomfim. A presente transcrição é cópia fiel resumida da ata lavrada no livro próprio da Companhia. Rio de Janeiro, 6 de março de 2023. **Mesa: Fernanda Bernardino de Almeida - Secretária da Mesa; Alfredo José Califfa - Presidente da Mesa.** Juceirja nº 5365852 em 13/03/2023.

CONCESSÃO DE LICENÇA
A Vitale V13 Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº 45.320.937/0001-82, torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2021/00335, Licença Municipal Simplificada de Habitação LSH nº 2023/00005, com validade de 48 meses, vencendo em 28/02/2027 para Construção de Grupamento Residencial Multifamiliar de Interesse Social, na Estrada do Caçambê, 360 - Jacarepaguá.

ICARAÍ AUTO TRANSPORTES S.A.
CNPJ 28.547.537/0001-95 - NIRE: 33.3.0028793-1
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto 166, Alcântara, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.



C6 CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 32.345.784/0001-86

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, a C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("C6 CTVM") é uma controlada direta do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas. Situada em São Paulo, a instituição financeira C6 Bank formou um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne, além da C6 CTVM, o Banco C6 Consignado ("C6 Consig"), empresas de tecnologia para meios de pagamento, assessorias de seguros e uma plataforma de educação corporativa. Juntas, as empresas somam cerca de quatro mil funcionários. Apresentação das Demonstrações Financeiras do Exercício: Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações Individuais da C6 CTVM, apresentamos as informações individuais da C6 CTVM.

relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. Acesse: www.c6bank.com.br/Documentos/Desempenho-Financeiro; No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a C6 CTVM possuía R\$ 46,4 milhões de patrimônio líquido (R\$ 48,9 milhões em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 3,9 bilhões de total de ativos (R\$ 72,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021). O Prejuízo foi de R\$ 2,5 milhões (prejuízo de R\$ 1,8 milhões em 31 de dezembro de 2021). Em 2022 a C6 CTVM passou a receber depósitos em conta pagamento. Nesse contexto, seus passivos e ativos relacionados,

respectivamente, aos depósitos e às aplicações em operações compromissadas atingiram R\$ 3,7 bilhões em 31 de dezembro de 2022. **Audidores Independentes:** A política do Grupo C6 Bank na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. (Aprovada pela Diretoria em 7 de março de 2023).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	4.425	6.344
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	3.786.681	-
Mantidos para negociação	5	12.706	15.923
Disponíveis para venda	6	9.338	8.269
Outros ativos financeiros	7	59.965	24.549
Outros ativos	8	3.016	1.977
Ativos fiscais correntes e diferidos	14	15.722	14.074
Imobilizado de uso	9	528	528
(-) Depreciação	9	(349)	(243)
Intangível	10	1.201	1.201
(-) Amortização	10	(364)	(244)
Total do ativo		3.892.869	72.378

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos	11	3.626.818	-
Outros passivos financeiros	7	13.464	11.816
Obrigações fiscais		2.324	614
Outros passivos	12	203.297	11.059
Total do passivo		3.846.503	23.489
Patrimônio líquido			
Capital social	13	70.000	70.000
Prejuízo acumulado	(23.674)	(21.138)	(21.138)
Outros resultados abrangentes		40	27
Total do patrimônio líquido	13	46.366	48.889
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.892.869	72.378

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Contexto operacional: A C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada ("C6 CTVM"), fundada em 21 de novembro de 2018, com sede localizada na Avenida Nove de Julho, 3186, no Estado de São Paulo, tem como objetivo principal operar títulos e valores mobiliários em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores. Em 11 de fevereiro de 2019, o BACEN concedeu autorização para funcionamento dessa sociedade, sob o qual iniciou suas atividades. A C6 CTVM é controlada pelo Banco C6 S.A., que detém 100% do seu capital total. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Essas práticas contábeis incluem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BACEN nº 02/20, com vigência a partir de janeiro de 2021, bem como os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis estabelecidas na Resolução CMN nº 4.924/21, com vigência a partir de janeiro de 2022. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com essas práticas, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do imobilizado de uso e intangível, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 7 de março de 2023. **2.1 Moeda funcional:** A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. O Real é a moeda funcional e de apresentação da C6 CTVM. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil). **2.2 Resultados não recorrentes:** De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 02/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que: i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a C6 CTVM não incorreu em resultados não recorrentes. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela C6 CTVM são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias. **Instrumentos financeiros:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração, conforme regulamentação vigente. Na C6 CTVM não existem assim classificados: **Negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **Disponíveis para venda:** Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta desatada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação obtido por meio de cotação de mercado na data da apuração. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários. **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base em remuneração estabelecida na data da contratação e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável. **Negociação e intermediação de valores:** As corretagens sobre as operações são classificadas como receitas e as despesas de prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da realização das operações. Esses saldos são compensados e apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando existe um direito legal e exequível de compensar e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die. **Ativo permanente:** **Imobilizado de uso:** Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil econômica dos bens. **Intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da C6 CTVM ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente à construção de plataforma tecnológica, amortizados pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização. O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. **Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Os ativos reduzidos a valor recuperável são deduzidos de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor em uso e valor justo menos custos para vendas dos ativos. **Imposto de renda a valor presente:** Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do C6 CTVM, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

7. Outros ativos e passivos financeiros: Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 4) Negociação e intermediação de valores (nota 7.1) **Outros ativos financeiros** 59.965 24.549 **Circulante** 59.965 24.549 **Não circulante** - - Negociação e intermediação de valores (nota 7.1) 13.924 11.816 **Outros passivos financeiros** 13.924 11.816 **Circulante** 13.924 11.816 **Não circulante** - - **7.1 Negociação e intermediação de valores:** 31/12/2022 31/12/2021 **Ativo** **Passivo** **Ativo** **Passivo** Caixas de registros e liquidação 23 - 12.433 - Devedores/Credores - conta liquidez pendentes 11.358 2.543 1.731 11.816 Ativos dados em garantia para operações em bolsa 13.517 - 10.385 - Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar 2.543 11.38 - - **Total (nota 7)** **27.441** **13.924** **24.549** **11.816** **Circulante** **27.441** **13.924** **24.549** **11.816** **Não circulante** - - **8. Outros ativos:** 31/12/2022 31/12/2021 Impostos e contribuições a compensar 1.682 1.754 Outros valores e bens 621 - Despesas antecipadas 621 223 **Outros ativos** **3.016** **1.977** **Circulante** **621** **225** **Não circulante** **2.395** **1.753** **9. Imobilizado de uso:** 31/12/2021 Depreciação (*) 31/12/2022 **Mobília e equipamento** **285** **(106)** **179** **Custo** **528** **-** **528** **Depreciação** **(243)** **(106)** **(349)** **Total** **285** **(106)** **179** (*) O saldo da demonstração de resultado referente a despesa de depreciação inclui despesas advindas de ativos imobilizados e próprios, bem como despesas advindas de contrato de rateio de custos celebrado com o Banco C6 S.A. para condução de atividades de suporte e apoio administrativo para controladas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	50.000	-	(19.278)	30.722
Aumento de capital	20.000	-	-	-	20.000
Variação de outros resultados abrangentes	-	-	27	-	27
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.860)	(1.860)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	70.000	27	(21.138)	48.889
Saldo em 31 de dezembro de 2022		70.000	27	(21.138)	48.889
Variação de outros resultados abrangentes	-	-	13	-	13
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.536)	(2.536)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	70.000	40	(23.674)	46.366
Saldo em 30 de junho de 2022		70.000	34	(18.897)	51.137
Variação de outros resultados abrangentes	-	-	6	-	6
Prejuízo do período	-	-	-	(4.777)	(4.777)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	70.000	40	(23.674)	46.366

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado de operações com instrumentos financeiros		195.863	247.620	2.404
Resultados e repasses		-	-	(25)
Resultado da intermediação financeira		195.863	247.620	2.379
Receita de prestação de serviço	15	16.499	35.478	36.667
Recita operacional		212.362	283.298	39.046
Despesas de pessoal	16	(104.442)	(128.395)	(12.034)
Despesas de depreciação e amortização	9 e 10	(4.660)	(5.871)	(4.065)
Outras despesas administrativas	17	(97.296)	(132.754)	(14.322)
Despesas tributárias		(10.715)	(14.909)	(3.844)
Outras receitas e despesas operacionais		188	755	127
Receitas e despesas operacionais		(216.925)	(281.174)	(34.188)
Resultado antes da tributação e da participação no resultado		(4.563)	2.124	4.858
Imposto de renda e contribuição social	14	3.137	1.635	1.238
Participação estatutária nos resultados		(3.351)	(6.295)	(7.956)
Prejuízo do período/exercício		(4.777)	(2.536)	(1.860)
Quantidade de ações		70.000.000	70.000.000	70.000.000
Prejuízo por ação		(0,07)	(0,04)	(0,03)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do período/exercício		(4.777)	(2.536)
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		10	21
Impacto tributário sobre ajuste a valor de mercado		(4)	(8)
Resultado abrangente total		(4,771)	(2,523)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(4.777)	(2.536)	(1.860)
Ajustes ao resultado				
Depreciações e amortizações	9 e 10	113	226	226
Ativo fiscal diferido	14	(133)	(1.635)	(1.238)
Participação estatutária no resultado		3.351	6.295	7.956
Outros		(54)	1	-
Resultado ajustado		(1.500)	2.351	5.084
(Aumento)/Redução de títulos mantidos para negociação		(816)	3.217	(5.228)
(Aumento)/Redução de títulos disponíveis para venda		(588)	(1.056)	(8.242)
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros		5.411	(2.892)	(18.916)
(Aumento)/Redução de ativos fiscais correntes		(18)	(13)	16
(Aumento)/Redução de outros ativos		429	(1.039)	(1.241)
Aumento/(Redução) de depósitos	1.121.816	3.626.818	-	-
Aumento/(Redução) de outros passivos financeiros	(7.807)	2.108	8.497	-
Aumento/(Redução) de obrigações fiscais	870	1.850	(60)	-
Aumento/(Redução) de outros passivos	167.513	185.942	(7.236)	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		1.285.310	3.817.286	(27.326)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital		-	-	20.000
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento				20.000
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício		-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período/exercício	4	2.538.320	6.344	13.670
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.285.310	3.817.286	(7.326)

10. Intangível: 31/12/2021 Amortização (*) 31/12/2022 Licenças de uso 1.201 - 1.201 Amortização (244) (120) (364) **Total** **957** **(120)** **837** (*) O saldo da demonstração de resultado referente à despesa de amortização inclui despesas advindas de intangíveis próprios, bem como despesas advindas de contrato de rateio de custos celebrado com o Banco C6 S.A. para condução de atividades de suporte e apoio administrativo para controladas. **11. Depósitos:** A partir do segundo trimestre 2022 a C6 CTVM passou a receber depósitos de clientes em contas de pagamento, os quais não estão sujeitos à remuneração e possuem liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2022, esses depósitos montam R\$ 3.626.818. **12. Outros passivos:** 31/12/2022 31/12/2021 Contas a pagar de despesas com pessoal 902 1.126 Despesas para participação nos resultados 7.090 7.956 Valores a pagar a sociedades ligadas (i) 194.336 1.378 Credores diversos 599 599 **Outros passivos** **203.297** **11.059** **Circulante** **203.297** **11.059** (i) Refere-se substancialmente aos valores transferidos ao C6 Bank no dia útil subsequente, decorrente de movimentações de clientes após o encerramento do expediente bancário. **13. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social é de R\$ 70.000 (R\$ 70.000 em 31 de dezembro de 2021) representado por 70.000.000 quotas (31 de dezembro de 2021 - 70.000.000 quotas). Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social de R\$ 20.000, sendo emitidas 20.000.000 quotas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. **Reservas de Lucro: Reserva legal:** Constituída obrigatoriamente em base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos. **Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção do capital de giro, e seu montante limitado ao saldo do capital social. **Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva Legal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram pagos dividendos. **14. Imposto de renda e contribuição social: Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL:** 31/12/2022 31/12/2021 Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (4.171) (3.098) **Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes** **1.668** **1.239** **Efeitos no cálculo dos tributos decorrentes de:** Despesas individuais (33) - **Encargos sobre efeitos no cálculo dos tributos** **(33)** **-** **Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício** **1.635** **1.238** **Efeitos de adições e exclusões temporárias no cálculo dos tributos:** Provisão para participação nos lucros (347) 343 Marcação a mercado (13) (5) **Constituição/(Realização) dos impostos diferidos sobre adições e exclusões temporárias** **(360)** **338** **Constituição/(Realização) de Prejuízo Fiscal e Base Negativa** **1.995** **900** Em 31 de dezembro de 2022, a parcela de R\$ 26 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 18) corresponde ao crédito tributário referente ao ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido. **Expectativa de realização do crédito tributário:** 31/12/2022 Em 2023 3.441 Em 2024 2.603 Em 2025 3.627 Em 2026 6.052 **Total de créditos tributários** **15.722** **Prejuízo presente** **(12.058)** **Movimentação dos ativos e obrigações fiscais diferidas:** **Créditos tributários** 31/12/2021 Constituição Realização 31/12/2022 Provisão para participação nos resultados 10.891 2.836 (3.183) 2.836 Imposto de Renda e CSLL 14.074 4.831 (3.183) 15.722 **Total dos créditos tributários ativados** **8.797** **-** **9.826** **Impostos de renda** **5.277** **-** **5.896** **Contribuição social** **3.520** **-** **3.930** **Provisão para participação nos resultados** **2.840** **3.183** **(2.840)** **3.183** **Marcação a mercado** **23** **-** **(23)** **-** **Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL** **9.986** **905** **-** **10.891** **Total dos créditos tributários ativados** **12.849** **4.088** **(2.863)** **14.074** **Impostos de renda** **8.033** **-** **8.797** **Contribuição social** **5.277** **-** **5.277** **Obrigações Fiscais Diferidas** **31/12/2021 Constituição Realização 30/12/2022** **Marcação a mercado** **-** **(21)** **-** **(21)** **Total das Obrigações Fiscais Diferidas** **-** **(21)** **-** **(21)** **Imposto de Renda** **-** **-** **-** **(13)** **Contribuição Social** **-** **-** **-** **(8)** **15. Receitas de prestação de serviços:** 31/12/2022 31/12/2021 2º semestre Exercício Exercício Corretagens de operações em bolsas **16.499** **35.478** **36.667** **Total** **16.499** **35.478** **36.667** **16. Despesa de pessoal:** 31/12/2022 31/12/2021 2º semestre Exercício Exercício Proventos (40.510) (50.486) (4.457) Encargos sociais (24.049) (28.829) (2.014) Benefícios (i) (1.627) (4.550) (1.633) Honorários (2.311) (3.331) (1.395) Férias e 13º (14.46



BANCO C6 CONSIGNADO S.A.

CNPJ nº 61.348.538/0001-86

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, O Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado") é uma controlada da N7 Holding S.A. que é controladora também do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas. Situada em São Paulo, a instituição financeira C6 Bank formou um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne, além do Banco C6 Consignado ("C6 Consig"), a C6 CTA, a empresa tecnológica para crédito e pagamento Payco, a assessoria e consultoria em seguros C6 Seg e a plataforma de educação corporativa IDEAG. Juntas, as empresas somam cerca de quatro mil funcionários. **Apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações Individuais do C6 Consignado, relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. **Assessoria:** www.C6Bank.com.br/**Documentos/**. **Desempenho Financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o C6 Consignado possuía R\$ 14,3 bilhões de operações de crédito (31 de dezembro de 2021 - R\$ 7,5 bilhões), R\$ 1,1 bilhão de patrimônio líquido (31 de dezembro de 2021 - R\$ 1,3 bilhão) e R\$ 15,2 bilhões de total de ativos (31 de dezembro de 2021 - R\$ 8,3 bilhões). O Prejuízo foi de R\$ 176 milhões (31 de dezembro de 2021 - R\$ 77 milhões). O crescimento da carteira de crédito foi de 6,8 bilhões no exercício de 2022, compostos por 4 bilhões de aumento na carteira de consignado público e 2,8 bilhões de aumento na carteira de FGTS. **Auditor Independente:** A política do Grupo C6 Bank na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** O C6 Consignado agradece seus colaboradores pelo empenho e talento que permitiram o desenvolvimento de uma plataforma bancária em tempo recorde, e aos nossos milhões de clientes pela confiança depositada.

(Aprovada pela Diretoria em 7 de março de 2023).

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	223	365
Instrumentos financeiros disponíveis para venda			
Operações de crédito	5	323.097	371.761
Outros ativos financeiros	6	14.330.189	7.546.953
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(226.592)	(134.597)
Outros ativos	7	437.432	198.348
Ativos fiscais correntes e diferidos	14	288.372	141.822
Total do ativo		15.271.701	8.342.777

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos e outros passivos financeiros			
Depósitos	9	13.764.154	6.979.743
Outros passivos financeiros			
Passivo contingente	10	128.683	8.617
Obrigações fiscais	14	6.461	4.078
Outros passivos	11	276.710	86.655
Total do passivo		14.176.008	7.079.114
Patrimônio líquido			
Capital social	12	1.764.877	1.764.877
Reservas de capital	13	24.584	13.184
Prejuízos acumulados		(689.096)	(512.821)
Outros resultados abrangentes		(1.577)	(1.577)
Total do patrimônio líquido		1.095.893	1.263.663
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.271.701	8.342.777

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.764.877	-	697	(434.623)	1.329.951
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		-	-	(2.274)	-	(2.274)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais		-	13.184	-	-	13.184
Prejuízo do exercício		-	-	-	(77.198)	(77.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.764.877	13.184	(1.577)	(512.821)	1.263.663
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		-	-	(3.095)	-	(3.095)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	13	-	11.400	-	-	11.400
Prejuízo do exercício		-	-	-	(176.275)	(176.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.764.877	24.584	(4.672)	(689.096)	1.095.893
Saldo em 30 de junho de 2022		1.764.877	18.359	(3.940)	(626.168)	1.153.128

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Contexto operacional: O Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado") é uma companhia de capital fechado e está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O C6 Consignado é controlado pelo N7 Holding S.A., que detém 100% do seu capital total (85% diretamente e 15% através de sua controlada, Banco C6 S.A.). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Essas práticas contábeis incluem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BACEN nº 02/20, com vigência a partir de janeiro de 2021, bem como os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis estabelecidas na Resolução CMN nº 4.924/21, com vigência a partir de janeiro de 2022. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com essas práticas, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: valorização de instrumentos financeiros, provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD"), provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 7 de março de 2023. **2.1 Moeda funcional:** A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. O Real é a moeda funcional e de apresentação do C6 Bank. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil). **2.2 Adoção de novas normas e interpretações:** Normas adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: A Resolução CMN nº 4.817/20, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. A Resolução CMN nº 4.924/21, estabelece a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo BACEN (PAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O C6 Bank não adotou essa opção. As implementações acima não tiveram impactos nestas Demonstrações Financeiras. Normas e interpretações que entraram em vigor após 31 de dezembro de 2022: Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência em 1º de janeiro de 2023, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução requer que as instituições elaborem plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. Resumo dos aspectos contábeis no plano de implementação da referida resolução: Mudanças nos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge, sendo os principais impactos relacionados à determinação de provisões para Perda esperada de crédito e seus fatores correlatos: metodologia para cálculo da taxa efetiva de juros, cura, determinação da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito, e determinação de Perda incorrida. O plano foi elaborado no contexto das regulamentações e normas já emitidas, tendo em conta mudanças de conceitos, critérios, processos, métodos e sistemas que o C6 Consignado irá aplicar na adoção da Resolução CMN 4.966/21. Dessa forma, o plano, incluindo os conceitos apresentados, o prazo e a forma de execução poderão ser alterados em função dos novos normativos. **2.3 Resultados não recorrentes:** De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 02/20, considera-se resultado não recorrente o resultado que: i) Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii) Não esteja previsto para ocorrer com frequência futura. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o C6 Consignado não incurriu em resultados não recorrentes. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pelo C6 Consignado são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias. **Aplicações Interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base em remuneração estabelecida na data da contratação e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável. **Instrumentos financeiros:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente: **Negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **Disponíveis para venda:** Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários e **Mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação obtido por meio de cotação de mercado na data da apuração. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Disponibilidades 223 365 Aplicações no mercado aberto (nota 8)(*) 90.212 121.000 Depósitos em conta corrente - Interfinanceiro (nota 8) 1.151 9 **Total** **91.586** **121.374** (*) As aplicações no mercado aberto são representadas por aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Recalculamos de intermediação financeira			
Operações de crédito		1.367.661	2.345.966
Resultado de operações com instrumentos financeiros		1.549.784	2.300.439
Despesas de captação no mercado		(182.123)	45.527
Despesas de intermediação financeira		(800.156)	(1.380.471)
Operações de captação no mercado		(674.558)	(1.145.297)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6	(125.598)	(235.174)
Resultado da intermediação financeira		567.505	965.495
Recalculamos e despesas operacionais		(656.718)	(1.236.686)
Recalculamos de prestação de serviço		12.082	12.200
Despesas de pessoal	15	(37.494)	(68.957)
Despesas de depreciação e amortização		(1.751)	(3.343)
Outras despesas administrativas	16	(110.591)	(222.563)
Despesas tributárias		(26.194)	(45.198)
Outras receitas e despesas operacionais	17	(492.770)	(908.825)
Resultado operacional		(89.213)	(271.191)
Outras receitas e despesas não operacionais		(1)	(9)
Resultado não operacional		(1)	(9)
Resultado antes da tributação e participação no resultado		(89.214)	(271.200)
Imposto de renda e contribuição social	14	51.341	144.017
Participação estatutária no resultado		(25.055)	(49.092)
Prejuízo do semestre/exercício		(62.928)	(176.275)
Quantidade de ações		295.511.267	295.511.267
Prejuízo por ação (em R\$)		(0,21)	(0,60)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do semestre/exercício		(62.928)	(176.275)
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		(3.265)	(5.627)
Impacto tributário sobre ajuste a valor de mercado		594	2.532
(=) Resultado abrangente total		(63.660)	(179.370)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(62.928)	(176.275)
Lucro do semestre/exercício		(62.928)	(176.275)
Ajustes ao resultado			
Depreciações e amortizações		1.751	3.343
Provisão para perdas líquidas de recuperações		125.598	235.174
Ativo fiscal diferido		(51.341)	(144.017)
Pagamento baseado em ações		6.225	11.400
Provisão para contingências		24.587	24.589
Participação estatutária no resultado		25.055	49.092
Outros		(7.063)	27
Resultado ajustado		61.864	3.333
(Aumento)/Redução de títulos disponíveis para venda		90.303	43.037
(Aumento)/Redução de operações de crédito		(3.224.337)	(6.783.236)
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros		69.495	69.499
(Aumento)/Redução de ativos fiscais correntes e diferidos		(144.617)	(146.550)
(Aumento)/Redução de outros ativos		(205.685)	(239.084)
(Aumento)/Redução de depósitos		3.434.581	6.784.411
(Redução) de outros passivos financeiros		(169.996)	(21)
Aumento/(Redução) de provisões		36.929	95.477
Aumento/(Redução) de obrigações fiscais		1.399	2.383
Aumento/(Redução) de outros passivos		131.132	140.963
Caixa gerado/utilizado nas atividades operacionais		81.098	(29.788)
Caixa e equivalentes de caixa		101.937	(109.137)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	10.498	121.374
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	91.586	91.586
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		81.088	(29.788)

Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos dados e garantidos, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As reconhecidas de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999. **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata dia e provisão para perda, quando julgado necessário. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata dia. **Mensuração a valor presente:** Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desdobramento é incerta e não está sob o controle do C6 Consignado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desdobramento estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente. **Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissões de títulos:** Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base pro rata dia. Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado pro regime de competência pelo prazo das operações originárias. **Contingências passivas:** As contingências são registradas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Própria	331.592	323.097
Títulos públicos federais	331.592	323.097
Total	331.592	323.097

	31/12/2022	31/12/2021
Emprestimos	10.545.218	6.675.922
Consignado	10.545.218	6.675.922
Antecipação de FGTS	3.679.601	(46)
Outros	105.370	1
Total	14.330.189	(226.592)

	31/12/2022	31/12/2021					
Nível de risco	Vencidas	6 meses	12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	1.469.210	1.337.540	7.494.991	10.301.741	-	-
A	-	773.180	736.630	2.273.633	3.783.443	(51.509)	7.377.013
B	614	4.071	3.657	21.885	30.227	(302)	35.056
C	630	1.827	1.637	9.402	13.496	(405)	17.245
D	924	1.720	1.536	8.609	12.789	(1.279)	9.163
E	860	1.183	1.057	5.974	9.074	(2.722)	7.772
F	1.499	1.832	1.458	8.115	12.704	(6.352)	4.236
G	1.251	1.120	1.001	5.601	8.973	(6.282)	7.965
H	25.173	19.421	17.376	95.772	157.742	(157.741)	83.303
Total	30.951	2.273.364	2.101.892	9.923.982	14.330.189	(226.592)	7.546.953
Circulante					4.406.207	(88.734)	2.016.466
Não circulante					9.923.982	(137.858)	5.530.487

Por setor e atividades econômicas:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoa física	14.224.819	7.528.372
Pessoa jurídica	105.370	18.581
Total	1	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/01DF-AADB-A1AB-3640> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 01DF-AADB-A1AB-3640



Hash do Documento

E391DFF1F610CBE81F33F802CEF5D8AE873C2BA6433A6301C9C1D7FB2C57840D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
13/03/2023 23:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

